

## **ATA Nº 22**

**SESSÃO DE 03-12-2020**  
**REUNIÃO DE 10-12-2020**

----- Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas dezanove horas, reuniu, no Sala D'Ouro do Pavilhão Multiusos de Gondomar, na continuação da sessão ordinária de 03 de dezembro de 2020, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- 2º Secretário: Maria Amélia Moreira dos Santos Resende. -----

----- Por lapso, na minuta da ata ficou referido, como 1ª Secretária Maria Amélia Moreira dos Santos Resende e como 2ª Secretária Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição de Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Aníbal Jaime Gomes Lira, Ana Maria Fidalgo Ferreira, em substituição de João Pedro de Andrade Silva, Carmina Maria dos Santos Lopes, David Manuel da Rocha Santos, Diogo Alexandre Lages Augusto, Cristina Ribeiro Coelho, em substituição de Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Graciano Sebastião Cardoso Martinho, Maria Amélia Moreira dos Santos Ribeiro, em substituição de Joana Daniela Baldaia de Resende, Nuno Filipe

10. DEZ 2020

Santos, em substituição de Joana Patrícia Fonseca Cardoso, João Pedro Serra Soares Forte, Manuel de Sousa Ramos Meireles, em substituição de José Manuel Cardoso Alves Pereira, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Joaquim Fernandes Figueiredo, em substituição de Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Olinda Soares de Moura, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maria Teresa Rocha de Sousa Santos, Maribel Santos Fernandes, Mário da Rocha Gonçalves, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rosa da Glória Cardoso Gomes, Telmo Afonso da Mota Viana, Sara Cristina Oliveira dos Santos, Valentina Sanchez Silva, Vitor Cândido Coelho Guerra. -----

----- Por inerência estiveram presentes os Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores: Francisco Alves Laranjeira (Baguim do Monte), Rui da Mota Correia (Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Rio Tinto), Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira, (Fânzeres e S. Pedro da Cova), Isidro Ferreira de Sousa (Foz do Sousa e Covelo), Felisberto Almeida, em substituição de António José Ribeiro Bráz (Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Manuel José Santos Paiva (Melres e Medas). -----

----- Verificou-se a ausência dos Senhores(as) Deputados(as): Cecília Bibiana Martins da Silva, Nuno João Moreira da Silva, em substituição de Luís Filipe Ramos Fernandes. -----

**ORDEM DE TRABALHOS PARA A CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020, A REALIZAR NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2020 (5.ª FEIRA), PELAS 19H00M, NO PAVILHÃO MULTIUSOS DE GONDOMAR**

**A- Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana – Votação na Assembleia Municipal (Só votam os membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal) – (Sessão de 03-12-2020)**

**B- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**C- PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**3.1** Discussão e votação da ata da sessão anterior (29-09-2020) – (Discutida e votada no dia 03-12-2020)

**3.2** Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:

- a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Taxa para 2020, a ser liquidada em 2021;
- b) Taxa de participação do IRS para os rendimentos de 2021;
- c) Lançamento de derrama para o ano de 2021;
- d) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Valor para 2021;
- e) Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2021;
- f) Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições financeiras;
- g) Projeto de Regulamento dos Mercados do Município de Gondomar;
- h) Projeto do Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Edifício Sede do Gondomar Goldpark;
- i) Transferência de competências para as autarquias locais nas áreas da Saúde e Ação Social – Não aceitação no ano de 2021;
- j) Transferência de competências do Município para os Órgãos das Freguesias;
- k) Procedimento concursal para o cargo de Dirigente Intermédio de 2º e 4º Graus;
- l) Pacto de autarcas para o clima e energia – Adesão.

10. DEZ 2020

**3.3** Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do artigo 25º, conjugado com o nº do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (setembro, outubro e novembro de 2020).

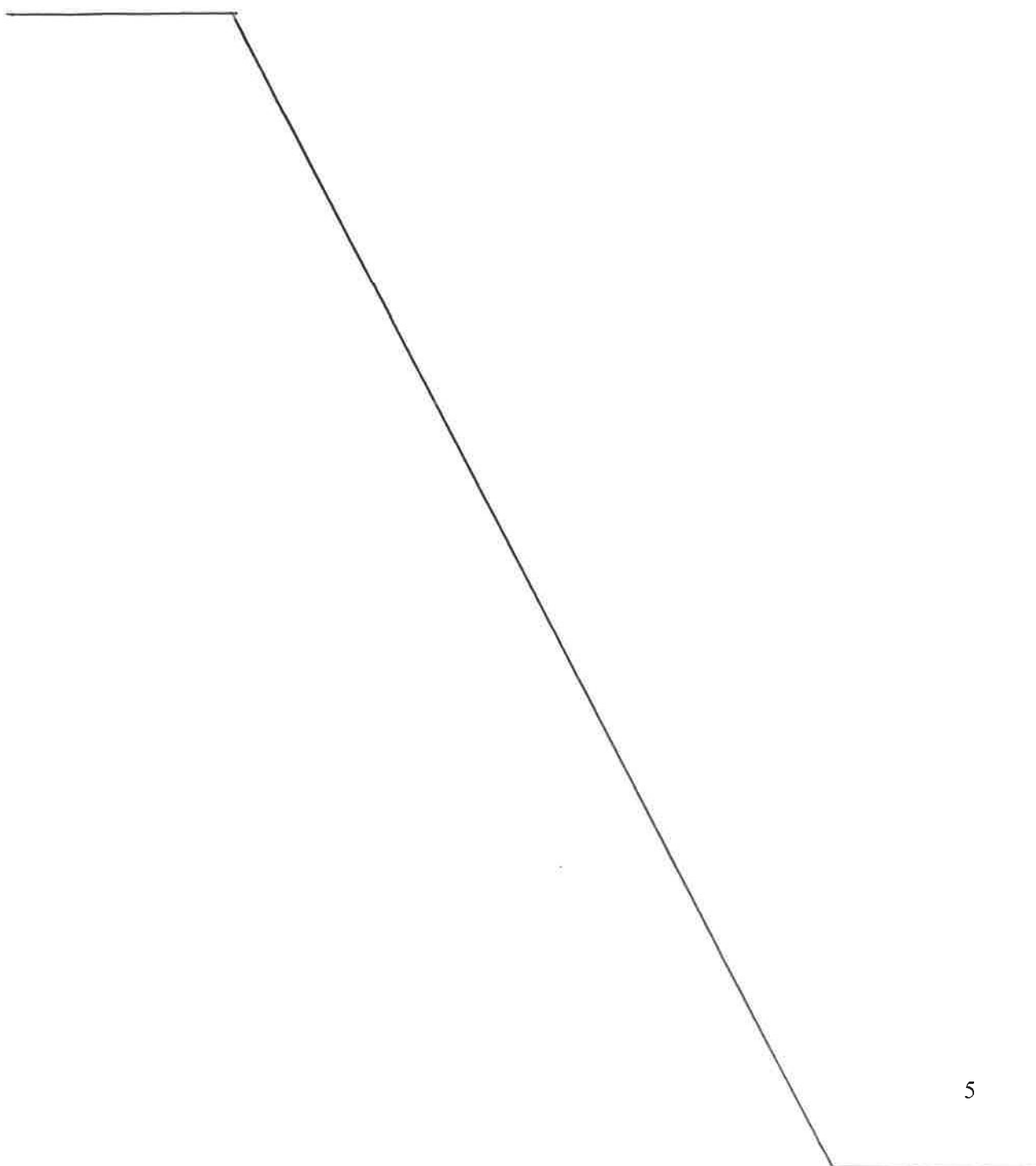
**D- PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,



(Aníbal Jaime Gomes Lira)

----- Foi verificada a identidade e legitimidade da Senhora **Ana Maria Fidalgo Ferreira**, que esteve presente em substituição do Deputado Senhor João Pedro de Andrade e Silva, por impedimento dos seguintes na respetiva lista, cujo documento fica anexo a esta ata. -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10. DEZ 2020



## TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos dez dias do mês *dezembro* do ano *dois mil e vinte*, compareceu, em substituição do Senhor João Pedro de Andrade e Silva e por impedimento dos eleitos que se seguem na respetiva lista, a Senhora **Ana Maria Fidalgo Ferreira**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através Cartão de Cidadão nº 9159767 válido até 15-11-2021, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista do Bloco de Esquerda, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 01 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

A ELEITA

ANA FERREIRA

10. DEZ 2020

----- Foram iniciados os trabalhos com a leitura da minuta da ata de 03-12-2020, tendo sido aprovada por **unanimidade**. -----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na votação a Deputada Senhora Ana Maria Fidalgo Ferreira, por não ter estado presente na sessão. -----

----- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **3.2. Propostas da Câmara Municipal sobre:** -----

----- Foi retomado o Período da Ordem do dia iniciado no dia 03-12-2020, com a intervenção dos(as) deputados(as) que estavam inscritos para discussão dos pontos 3.2. a) a e), e que não fizeram a sua intervenção por ter sido suspensa a sessão. -----

----- **MÁRIO GONÇALVES (VALENTIM):** Eu peço desculpa por não me abster, nós somos os Eleitos que, pelos Portugueses e pelos Gondomarenses, estamos aqui para trabalhar, para discutir o que está bem e o que o que não está, porque a Democracia fica muito cara para quem a paga. -----

----- Queria começar por dizer que se nota nas palavras da secretária do Senhor Presidente da Assembleia que confirmou as pessoas que não estão presentes, que algumas delas apresentaram-se na sessão que mais gostaram e hoje não aparecem, há membros eleitos e Vereadores que não aparecem, uns pediram substituição, porque se calhar não aconteceu aquilo que queriam, deviam querer, desculpem o calão que vou usar, um tachinho. É preciso dar essa informação a Gondomar, falo aqui para o camarada que está a gravar para mandar para lá, porque eu às vezes pego no Jornal de Gondomar e já o considero o jornal dos emplastos, porque são sempre os mesmos. É preciso dizer isto àqueles que deviam estar aqui e que não estão, porque isso é gente que não faz parte da nossa gente, e cobardolas eu não admito, o meu lema é: homem sempre, cobarde nunca,

como vejo aqui muitos que nunca falham. Peço desculpa por ser um bocado agressivo, mas se não for assim, as pessoas podem não entender bem.-----

----- Queria dizer também algo que este Executivo não tem culpa, mas é preciso começar a colocar a mão a isto, faz parte do passado, de Executivos anteriores, que criaram empresas, que eu penso, serem de ações, havendo políticos lá com ações. Para isso, fizeram empresas de higiene e limpeza, das águas e de outras naturezas e eu continuo, dos meus impostos, a pagar rendimentos mínimos e nunca fizeram uma lei de rendimento mínimo, que eu era a favor, para velhinhos, deficientes, crianças abandonadas e doentes, enquanto o resto estava às 8 horas no parque da Câmara para ir trabalhar. Senhor executivo, eu peço dentro da sua possibilidade, que eu sei que não é fácil, para levarem isto em consideração, porque assim o nosso grupo de idosos desaparece. -----

----- Há outros impostos, como aqueles que desapareceram que, na minha consciência, na idade que tenho, fico triste, quando um pobrezinho para comer uma sopa paga 6% nos legumes, e temos as religiões onde há alta riqueza, altas fortunas, toneladas de diamantes e ouro e não pagam um tostão de IVA, isto é o Deus deles, Deus inventado por eles e que nos roubam impostos. -----

----- Nos estádios de futebol, existe o chamado capitalismo selvagem no futebol, ainda não se recuperou os cem milhões gastos quando se fez o estádio de futebol para o Euro. Na linha da frente dos estádios de futebol, poucos equipas portuguesas tem os grandes jogadores de futebol do nosso país, são todas equipas de imigrantes, ainda devemos cem

milhões e preferem não pagar o aluguer do nosso estádio para poder levar o nosso dinheiro para o estrangeiro. -----

----- No serviço público de televisões, eu ando à quinze ou vinte anos a aturar os mesmos programas da manhã e da tarde e a pagar sempre aos mesmos, convidam-se uns aos outros, mas vejam o vencimento deles e verifiquem se, algum dia, produzem algo para aquilo que ganham. -----

----- Queria também lembrar aqui ao nosso Executivo que gostaria, para a próxima Assembleia, já que o nosso Executivo faz muitas viagens para o estrangeiro e eu acho que é bom, que explanassem o valor destas viagens, claro que não os têm agora, mas eu estou a ver muito pouco investimento estrangeiro aqui em Gondomar e, por isso, gostava que na próxima assembleia explanassem os produtos dessas viagens. -----

----- CRISTINA COELHO (CDU): Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****Ponto 3.2 a) "Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)- Taxa para 2020 a ser liquidada em 2021"**

Considerando que:

1- Em 2016, o Município de Gondomar anunciava, com grande entusiasmo, que tinha a taxa de IMI mais baixa da Área Metropolitana do Porto. Em 2017 tudo mudou! Ao consultarmos o programa apresentado pelo PS nas eleições autárquicas de 2017, não se verificava qualquer intenção em aumentar este Imposto Municipal sobre Imóveis. No entanto, após as eleições de 2017, o executivo do Partido Socialista, não quis dar continuidade a essa linha de redução e passou a ser um dos municípios com a taxa de IMI mais elevada, decidindo, a 22 de Novembro de 2017, nas freguesias de Baguim do Monte, Rio Tinto, S. Cosme, Valbom e Jovim, Fânzeres e São Pedro da Cova a subida do IMI de **0,35% para 0,42%**, e nas freguesias de Foz do Sousa, Covelo, Medas, Melres e Lomba um aumento de **0,30% para 0,37%**.

2- Se já ouvimos deste executivo que a situação financeira frágil do Município, especialmente a dívida da EDP era argumento para o aumento do IMI. Actualmente, face à alteração desta situação, não se entende a razão dos Gondomarenses pagarem uma taxa de IMI superior à que pagavam antes da gestão PS/Marco Martins.

3- Mais uma vez, a maioria PS rejeitou categoricamente a proposta apresentada pelos vereadores da CDU para as Grandes Opções de Plano e Orçamento para 2021 para que a CMG retomasse as taxas de IMI praticadas no mandato anterior.

4- Depois de analisarmos o Orçamento para 2021 e, embora ainda não se conheça o nível de execução em 2020, o facto é tal como aconteceu nos anos de 2017, 2018 e 2019, as contas da Câmara apontam para um aumento das receitas provenientes dos "Impostos Directos", onde se inclui o IMI. No final do actual mandato, a Câmara Municipal de Gondomar arrecadará, comparativamente ao mandato anterior, **mais de 14 milhões de euros** de receitas provenientes do IMI, à custa de um esforço muito grande dos munícipes. É tremendamente injusto para os Gondomarenses a aplicação dos valores das taxas de IMI em vigor! Os Gondomarenses não merecem continuar a serem penalizados, é possível outra política. Ao olharmos para os concelhos vizinhos - Porto e Vila Nova de Gaia - vemos que é possível outro caminho: o da redução do IMI!

Os eleitos da CDU votarão **CONTRA** o "Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)- Taxa para 2020 a ser liquidada em 2021"

Assembleia Municipal de Gondomar, em 03 de Dezembro de 2020

Rel.<sup>ª</sup> O Grupo Municipal da CDU,  
*Cristina Coucho*

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



----- DIOGO AUGUSTO (PS): Este tópico da Taxa de Participação do IRS, para os rendimentos de 2021, consiste numa taxa que é calculada de acordo com uma declaração que vai ser preenchida em 2022, portanto, relativamente ao que foi apontado por outras forças políticas, não será lógico que o fator pandemia, à data de hoje, seja indicada como um fator de comparação de rendimentos, portanto, é feito de forma a garantir que todos os Gondomarenses sejam alocados de um valor relativo ao seu próprio rendimento, isto é, com base no IRS, com base nos lucros de cada um, ou seja, este imposto faz todo o sentido não ser alterado. -----

----- MANUEL MARQUES (PSD): Eu gostava de começar por enquadrar o momento em que nós estamos e vamos ainda estar. Este é um momento que ainda nenhum de nós passou na sua vida, estamos com a maior crise, não só em Portugal, mas no Mundo inteiro, uma crise muito forte em termos sanitários, económicos e sociais e, como tal, todas as estruturas e instituições terão que se adaptar da melhor forma para poderem ajudar os cidadãos. -----

----- Temos assistido, durante este período, especialmente de maio para a frente, quer a nível da Europa, quer a nível de Estados Unidos, a uma adaptação da governação para ajudar os cidadãos que estão a passar por situações extremamente complicadas. Ao nível da Europa apenas foram criados alguns mecanismos para reduzir a crise social e a crise económica, porque na parte sanitária pouco foi feito, tirando a investigação sobre as vacinas para poder ajudar os cidadãos a ultrapassarem esta situação, que não vai acabar com as vacinas, naturalmente, como já todos sabem, ela vai continuar.-----

----- Regressando a Gondomar, quando eu idealizei como é que um Município iria criar o seu Orçamento para 2021, eu imaginava o seguinte, vai haver uma preocupação muito grande por parte do Município relativamente à situação crítica que está a ser vivida em Gondomar, por um lado, todo o impacto negativo que o comércio está a ter; a quantidade de pessoas que estão em “lay-off” e que irão terminar no Centro de Emprego; as pessoas que fizeram, e que estão a fazer, um investimento significativo na área do Turismo e que vão perder o seu dinheiro e nós todos vamos ter que pagar, possivelmente, os grandes prejuízos que os Bancos vão ter; as pessoas que estão com moratórias, que eu acho que foi uma ferramenta extremamente interessante criada, mas quando chegar ao momento de terminarem as moratórias, vai ser um desastre total, portanto nós estamos num momento que, nenhum de nós, desde a Segunda Guerra Mundial, possivelmente, passou. -----

----- E, portanto, estava a imaginar um Orçamento virado para os Gondomarenses, que temos de ajudar, porque a maior parte das pessoas estão com moratórias, a maior parte das pessoas não sabem o futuro delas porque estão com “lay-off”, porque não sabem se vão trabalhar, se não vão trabalhar; estudantes que conseguiam sobreviver à custa dos “part-times” que faziam, como o McDonald’s e outras situações todas para pagarem as propinas, que não estão a ter empregos temporários, portanto imaginava um Orçamento virado para a área social. -----

----- A forma que Gondomar teria, para além da parte sanitária e para além das outras áreas, de ajudar os Gondomarenses seria em 2020 permitir que os Gondomarenses, que já

estão numa situação difícil, sem grande visão relativamente ao futuro, pudessem, no mínimo, pagar o IMI em prestações. E, quando olho para a agenda vejo 5 milhões de euros em empréstimos e pensei, a Câmara vai pedir emprestado dinheiro ao Banco para suprir o problema que vai ter do IMI ser pago em prestações e, portanto, isso era ajudar os Gondomarenses e, no final, não aconteceu nada disso. Os Gondomarenses estão a pagar o IMI em 2020 como se nada acontecesse. -----

----- Indo para 2021, olhando para o IMI de 2021, como a minha camarada da CDU afirmou e muito bem, nós continuamos com uma taxa máxima de IMI, portanto, para a Câmara Municipal não houve problema nenhum, não estamos no Covid, os cidadãos estão a viver como normalmente e estamos com uma taxa máxima de IMI a ser aplicada em 2021. ---

----- Quando chega o IRS, a Câmara, no mínimo, devia ficar só com metade do IRS que está a cobrar e dar o resto aos cidadãos. Quanto é que está previsto para 2021? Zero. -----

----- Eu gostaria agora de comparar os valores que, se voltássemos à taxa que tínhamos anteriormente a nível do IMI, o impacto são cerca de 3 milhões de euros, se a Câmara desse metade do IRS que está a cobrar, estou a falar de outros 3 milhões de euros, estamos a falar de 6 milhões de euros. Qual é o investimento que a Câmara vai fazer em Jardins, em ruas e mais não sei o quê? 35 milhões. Quando uma casa está com problemas e com dificuldades, não se vai pôr a investir milhões, quando os cidadãos têm dificuldade em comer e pagar as suas rendas e as suas moratórias. Eu estava à espera de algo mais humano deste Orçamento.

----- VALENTINA SANCHEZ (PSD): Leu e entregou três declarações de voto, relativas ao pontos a), b) e c), que adiante seguem. -----

10. DEZ 2020



### Declaração de voto – IMI

A fixação da população sempre foi um aspeto prioritário na nossa ação política, e outorgámos a devida relevância ao impacto que este imposto tem no orçamento das famílias Gondomarenses.

O Partido Social Democrata <sup>em 2015 sempre</sup> (em 2017 e 2018) esteve contra o aumento do IMI, e não concordamos com as taxas aplicadas, muito menos no momento em que nos encontramos, em plena pandemia, onde maior parte da população viu os rendimentos a serem reduzidos, ou até findados.

Se quando a Câmara de Gondomar esteve em dificuldades financeiras, procedeu ao aumento do IMI, que significa um custo directo para os Gondomarenses, seria de esperar que quando os Gondomarenses se encontram em dificuldades, a Câmara sentisse o dever de ajuda.

Assim, iremos votar contra a taxa de IMI aplicada para o ano de 2021, pois acreditamos que o correto seria aplicar a taxa mínima imposta por lei.

O Partido Social Democrata

Valentim Jacinto

Rosário

Fernando



### Declaração de voto – IRS

O Partido Social Democrata sempre defendeu as políticas de fixação para os nossos municípios, e neste sentido, defende que, a devolução de IRS deveria servir com uma forte medida para captação e permanência da população no nosso concelho.

E apesar de ser uma medida de atração e fixação da população, nos tempos em que nos encontramos, seria uma boa ajuda aos nossos Gondomarenses, e aqui, culpamos este executivo pela falta de sensibilidade e atenção aos problemas que esta pandemia está a causar individualmente a cada um de nós.

O Partido Social Democrata considera que o executivo pode devolver o máximo deste imposto permitido por lei, e neste sentido vota contra a proposta apresentada.

10. DEZ 2020



### Declaração de voto DERRAMA

O Partido Social Democrata acredita que o investimento privado é fundamental para o desenvolvimento económico de Gondomar.

O tecido empresarial gdomarense, que na sua maior parte são micro, pequenas, e médias empresas, sente o ónus deste imposto, DERRAMA, muitas das vezes, com dificuldade, e neste sentido iremos votar favoravelmente dada a isenção proposta, mas ressalvamos seria preferível uma isenção a todas as empresas, de forma a atrair também empresas com volumes de negócios acima de 150.000,00 euros, que por norma, são as que mais emprego podem oferecer, aos nossos Gondomarenses.

O Partido Social Democrata

Valentim / andré  
Ramos  
FARDO

----- a) **Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) – Taxa para 2020, a ser liquidada em 2021**

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria**, com 21 votos a favor (21 PS) e 16 votos contra (6 VALENTIM + 4 CDU + 3 PSD + 2 BE + 1 CDS). -----

----- Pelos Grupos Municipais da CDU e do PSD, foram apresentadas declarações de voto. -

----- b) **Taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2021**-----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria**, 33 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM + 4 CDU + 2 BE) e 4 votos contra (3 PSD + 1 CDS). -----

----- Pelos Grupo Municipais da CDU e do PSD, foram apresentadas declarações de voto. ---

----- c) **Lançamento de derrama para o ano de 2021** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria**, com 35 votos a favor (21 PS + 6 V + 3 PSD + 4 CDU + 1 CDS) e 2 abstenções (BE). -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD, foi apresentada declaração de voto. -----

----- d) **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Valor para 2021** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **unanimidade**. -----

----- Neste momento, apresentou-se o Deputado Senhor Telmo Viana. -----

----- e) **Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2021** -----

----- MANUEL MARQUES (PSD): Relativamente ao Orçamento de 2021 eu não vou repetir aquilo que já disse, entre quais eram as minhas expectativas e qual é a realidade. Portanto, irei concentrar-me essencialmente na realidade. -----

----- Qual é a realidade do Orçamento de 2021? Para mim, é uma abstenção total, completa da crise económica, financeira, sanitária e social que estamos a viver. O Orçamento de 2021, como o Senhor Presidente apresentou, em 2 minutos, é um Orçamento de 124 milhões de euros, e algo que gera um grande constrangimento é realmente o problema da contratação pois, realmente, com a contratação pública da forma que está a ser feita, não se pode investir.-----

----- Eu esperaria que o Senhor Presidente tivesse dito que a grande preocupação que tinha era relativamente à situação que os Gondomarenses estão a passar neste momento, mas não, a parte importante foi o constrangimento relativamente à Contratação Pública. ----

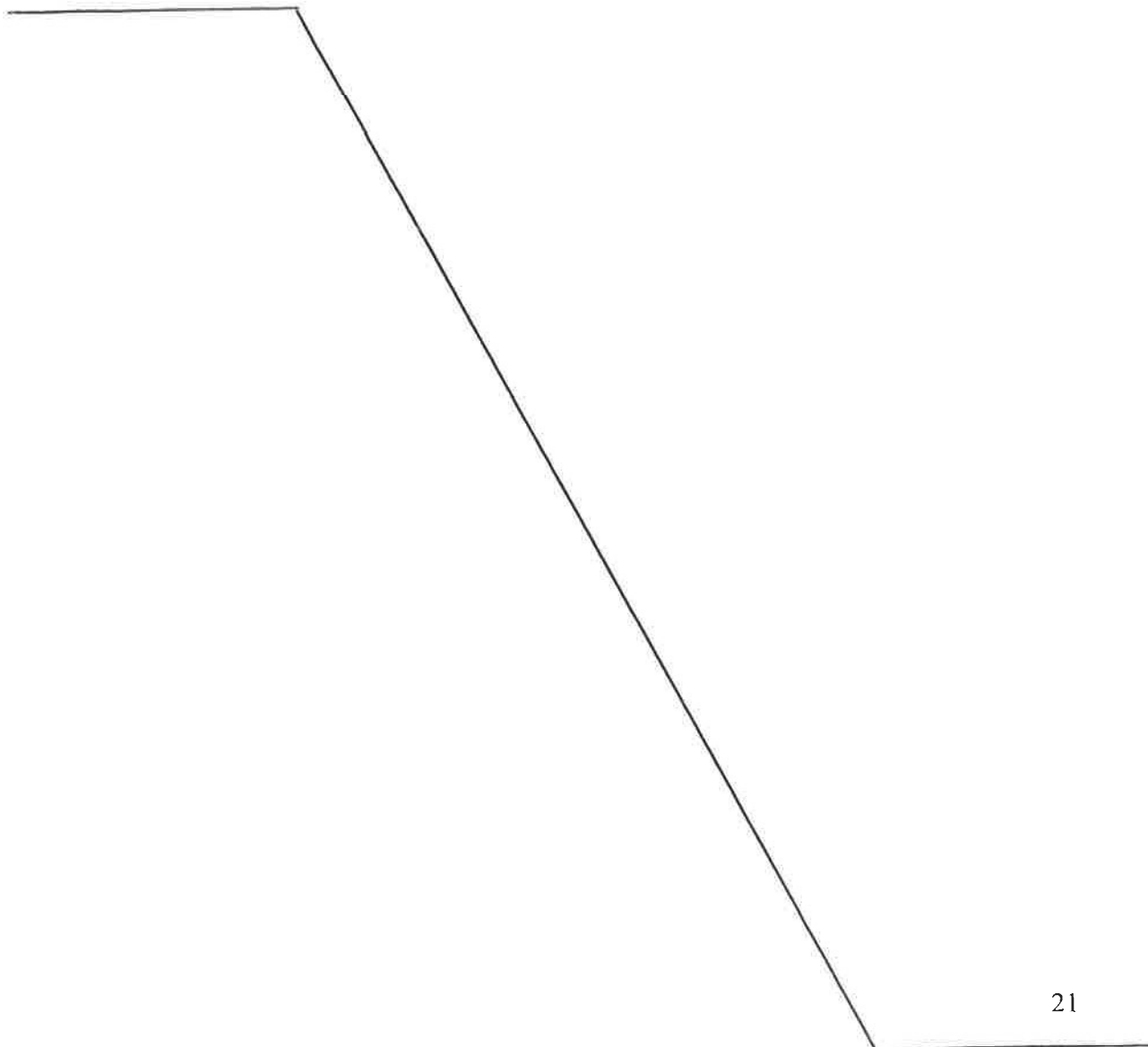
----- Fico muito mal impressionado relativamente a isso, portanto, que eu diria que a Câmara virou as costas aos Gondomarenses e nós, concerteza, para o próximo ano queremos ter oportunidade de fazer chegar isso aos Gondomarenses, a insensibilidade da Câmara relativamente a situação difícil que as pessoas estão a passar. Uma insensibilidade total neste Orçamento. -----

----- Assim, também me preocupa muito a posição dos Senhores Deputados, porque foram eleitos como eu para defender, nesta Assembleia, os interesses dos cidadãos de Gondomar e o que eu estou a assistir, não sei se vai acontecer o mesmo relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento, mas o que eu estou a assistir agora é que vai haver uma quantidade de Senhores Deputados que também vão virar as costas aos Gondomarenses ao votar favoravelmente um Orçamento destes.-----

----- A mim preocupa-me isso, concerteza que os Gondomarenses irão ter conhecimento disso e preocupa-me muito, embora eu não seja da bancada que tem votado desfavoravelmente a isto. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, em consciência, peço-vos que votem neste Orçamento da forma que possa ajudar os Gondomarenses. -----

----- SARA SANTOS (BE): Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----



10. DEZ 2020



Declaração de voto

O Bloco de Esquerda não vê neste Orçamento para o ano de 2021, refletidas as preocupações dos gondomarenses, principalmente no ano que se antevê particularmente difícil devido aos danos causados pela pandemia que estamos a sofrer no presente ano.

O Bloco enviou várias propostas para o plano e orçamento que não foram tidas em conta e que poderiam ajudar a melhorar este plano e orçamento para o ano de 2021.

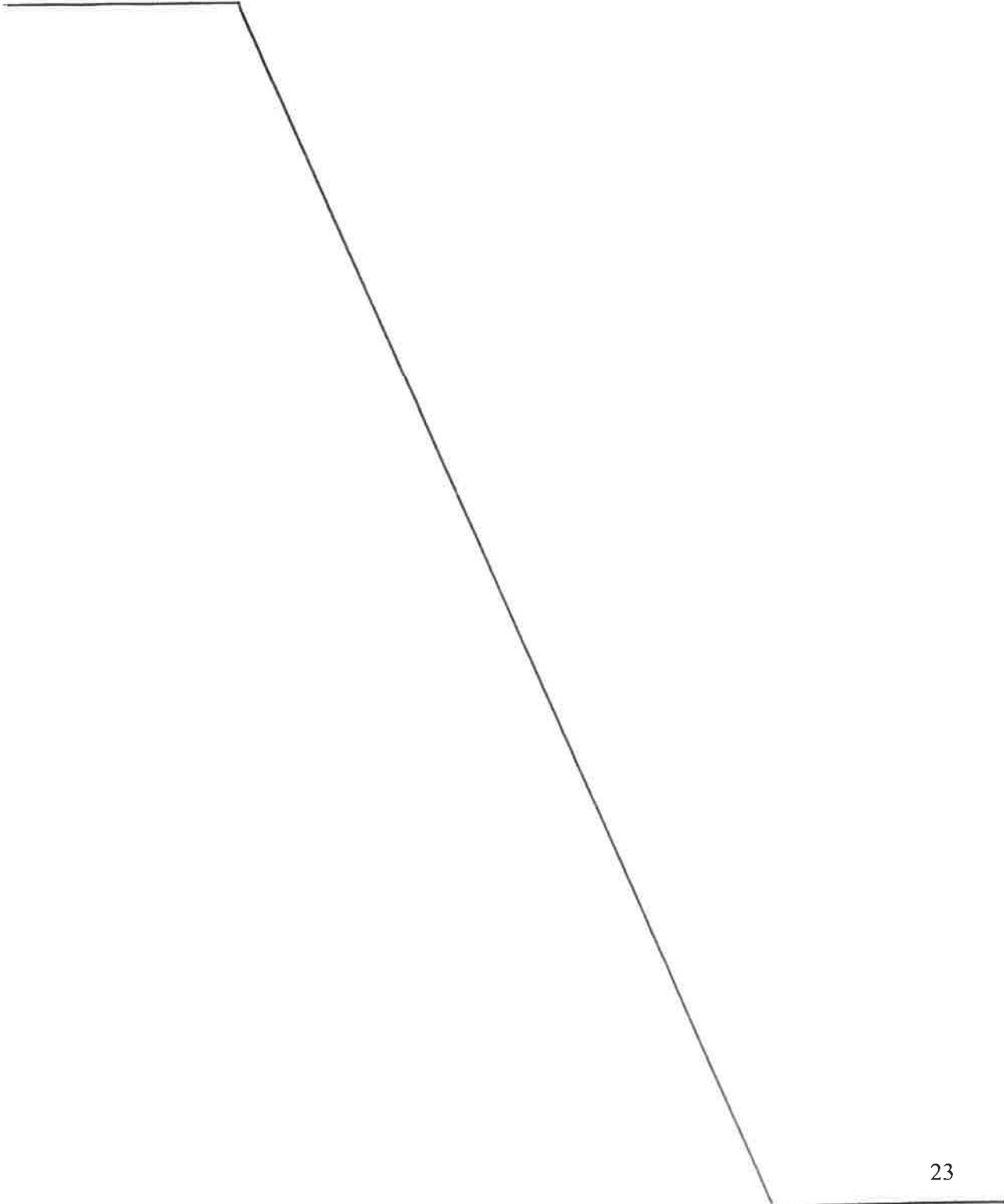
Para o Bloco, a melhoria nos transportes, o apoio à cultura, o apoio às famílias mais carecidas do concelho, o apoio à habitação, a acessibilidade aos serviços públicos são essências para um orçamento justo para todos os Gondomarenses.

Por estas razões o Bloco de Esquerda irá votar contra o presente Plano e Orçamento para o ano de 2021.

O grupo municipal do Bloco de Esquerda,



----- PEDRO OLIVEIRA (CDS): Entregou declaração de voto que adiante segue. -----





10 DEZ 2020

### **GOP E ORÇAMENTO 2021 (PONTO 3.2 e) ORDEM DE TRABALHOS)**

Os presentes documentos – Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal - para 2021, padecem daquelas que têm sido as nossas críticas sistematizadas ao longo dos últimos anos, e que se prendem com a manifesta falta de uma verdadeira filosofia de intervenção da atual maioria, em prol de um, qual fosse, caminho ordenador do desenvolvimento da Comunidade Gondomarense.

A verdade é que a atual maioria continua fiel a uma prática casuística, de intervenção por reação, e sem que crie espaço para uma alteração de paradigma, ou seja, sem que defina desideratos de qualidade de vida a atingir e expresse nas concernentes GOP's os inerentes pressupostos que, uma vez cumpridos, aproximem o concelho daqueles padrões de desenvolvimento e modernidade, a que todos temos direito e por que todos ansiamos.

Verificando o documento GOP e Orçamento, constatamos que a capacidade de fazer (e a capacidade de fazer, com critério) se mostra claramente limitada pelos custos de um *Serviço da dívida* que raia a indecência e que urge reduzir, sem tibiezas. O concelho não tem que se manter na cauda da apetência investidora quando comparado com os seus pares da Área Metropolitana, porque muitas e diversificadas são as potencialidades intrínsecas que oferece. Importa é saber para onde se quer “levar” o concelho e, em função, convencer os investidores a aqui “assentar arraiais” movidos por incentivos generosos, mas que venham a poder ter um efeito multiplicador diversificado, seja nas finanças, seja na economia, seja na complementaridade setorial, concelhias.

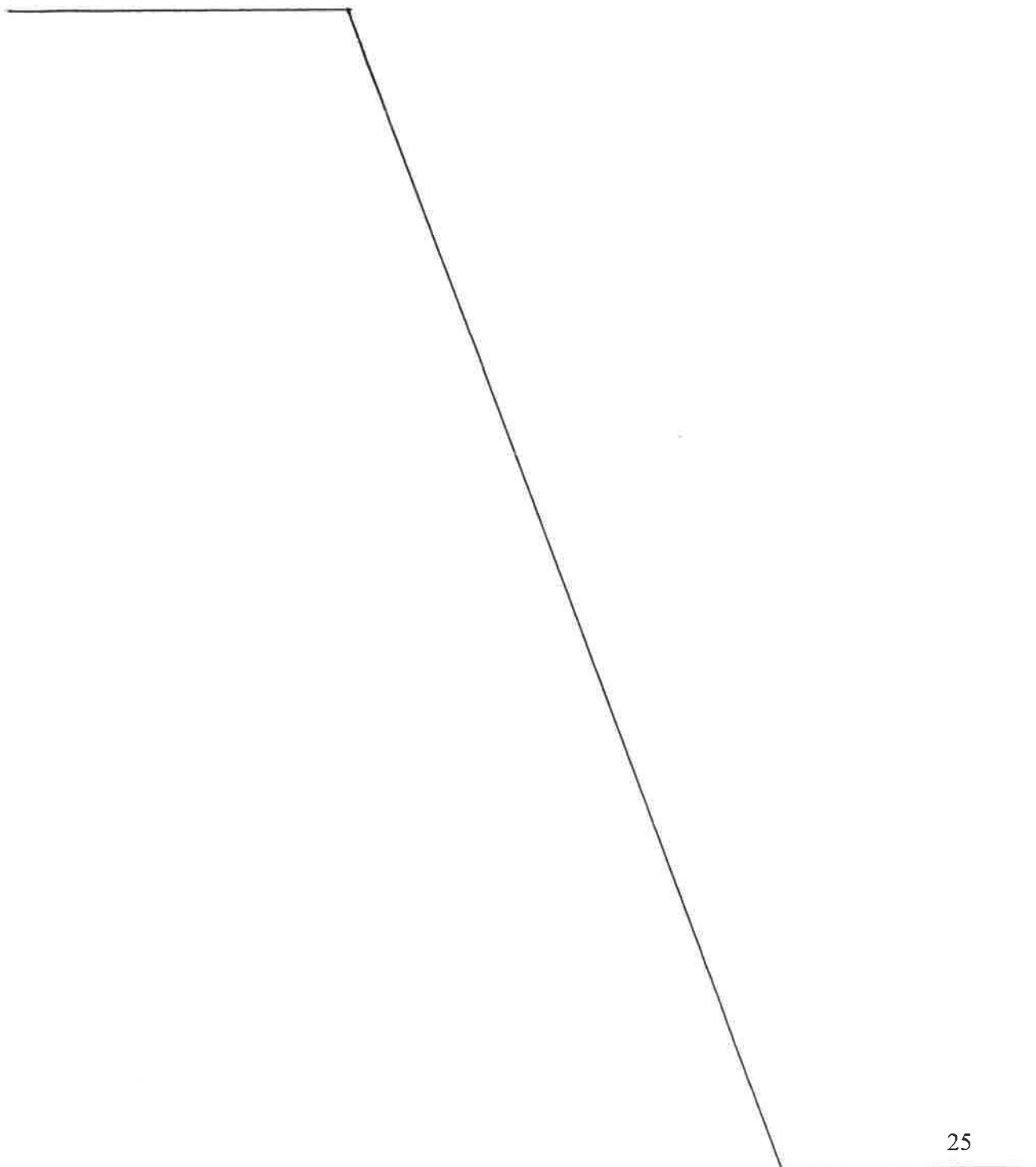
Não nos focamos em aspetos concretos dos documentos, porque seria redundante fazê-lo, considerando a ausência de qualquer “trilho de desenvolvimento”, definido ou concertado. Anotamos apenas o forte pendor autista desta maioria, que num processo de desajustada e anacrónica teimosia política, reitera em manter esta inusitada postura, de desconsiderar os diferentes alertas que, de há vários anos, lhe têm sido dirigidos.

Nesta consonância, entendemos não restar alguma margem válida para que entendamos, apesar do penoso contexto pandémico em que nos encontramos, justificar-se modificar a nossa posição relativa sobre os documentos disponibilizados, não reunindo argumentos quaisquer, que nos motivem a votar de outra forma que, **contra**, o teor de tais documentos.

Gondomar, dezembro de 2020.

10. DEZ 2020

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU): Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----



**DECLARAÇÃO DE VOTO****Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021**

O Orçamento e as Grandes opções do Plano para 2021 é da única e exclusiva responsabilidade da maioria PS que, mais uma vez, continua a não ser capaz de debater nos respetivos Órgão Autárquicos do município as propostas e contributos de outras forças políticas eleitas pelos gondomarenses, nomeadamente a CDU que, ao longo deste mandato, tem apresentado um conjunto de propostas consentâneas com uma visão de presente e de futuro para o desenvolvimento de Gondomar e que o PS tem rejeitado na sua grande maioria.

Continua a não ser valorizada a necessidade de se identificar neste documento, que deve ser estruturante das políticas de desenvolvimento do Concelho, os problemas e as potencialidades do território de forma a uma orientação planificada dos investimentos necessários que permita estabelecer metas de médio e longo prazo, com definição de prioridades, revelando, por isso, o que tem sido prática desta maioria PS: a falta de análise e planificação de todo um território, das suas potencialidades e das suas gentes para, com sabedoria e assertividade, gerir os dinheiros públicos com resultados passíveis de trazer qualidade de vida e bem estar para todos os gondomarenses.

Assim, procedendo-se a uma análise do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, nos seus aspectos técnicos e formais e na sua dimensão política quanto às prioridades apontadas pela maioria PS que gere a Câmara Municipal de Gondomar, desde logo sobressai a falta de uma estratégia de investimentos que dê resposta aos problemas concretos do concelho como é o caso do elevado preço da água, saneamento e resíduos, ou da construção da linha do Metro, ou da conclusão do Polis (90.000€), ou do caminho da linha de Midões (19.000€); ou na Cultura, onde se continua a confundir criação de cultura com apresentação de efemérides culturais, comprovado pelo irrisória despesa de capital de 45.000 euros para reparação e beneficiação de equipamentos culturais e aquisição de artigos e objectos de valor, em contraste com a despesa corrente de 2.335.000 euros; ou no Urbanismo que não prevê qualquer investimento nas Grandes Opções do Plano; ou na Juventude e Tempos livres também sem despesa de capital a quem é dedicado uma noite por ano; ou na Mobilidade onde se prevê uma despesa de capital de 76.000 euros para 5 interfaces de ligação ao metro com uns pozinhos para a travessia do rio douro entre Melres e Lomba, percebendo-se imediatamente que com essa verba vão ficar as obras pelo caminho; assim como outros projectos que, apesar de incluídos nas Grandes Opções do Plano não têm verbas suficientes para a sua efetiva concretização como são exemplo o Parque Urbano de S. Cosme e o de S. Pedro da Cova, ou a criação de malha industrial no alto concelho, ou as refeições escolares,



por exemplo, onde se insiste numa prática de aquisição de um serviço externo que leva do Orçamento para 2021 quase 4.000.000 de euros e onde constantemente ouvimos queixas sobre o mau serviço prestado pela empresa fornecedora.

Falar do “aumento da qualidade de vida” perante um documento que não perspectiva para além do imediato, que não define as grandes prioridades de investimento e que não responde a necessidades básicas dos gondomarenses, é pouco sério e sinal de um deixar correr confrangedor.

Falar do “aumento da qualidade de vida” quando a população se vê confrontada com impostos diretos aumentados, como é o caso do IMI que permitiu à Câmara arrecadar mais de 14 milhões de euros nestes quatro anos de mandato, com custos elevados da água, saneamento e resíduos, com falta de soluções de estacionamento organizado e gratuito, com falta de zonas industriais para criação de emprego, com problemas terceiro-mundistas na higiene e limpeza urbanas onde tantas vezes os contentores abarrotam durante dias com cheiros nauseabundos; quando a população continua a sentir grandes dificuldades, cada vez mais acentuadas, de mobilidade, com cidades urbanisticamente mal pensadas onde se permite a especulação imobiliária em zonas de fruição pública e não se contempla a necessidade de criar ambientes urbanos sustentáveis em equilíbrio com a natureza... é, no mínimo, não saber o que significa qualidade de vida.

Perante tudo isto, o Orçamento e GOP para 2021 não revela avanços significativos no seu conteúdo ainda que demonstre, na forma, correções há muito pedidas nesta Assembleia, nomeadamente a diminuição de rubricas com valores residuais que serviam unicamente para aumentar páginas ao documento. Mas, como demonstramos, não é suficiente.

A CDU vota CONTRA.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 3 de dezembro de 2020

O Grupo Municipal da CDU,

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS): Antes de fazer a minha intervenção, queria dizer o seguinte, para não haver dúvidas, para mim o IMI é-me indiferente, porque eu não tenho casa, pago uma renda de 300 euros por mês, os meus terrenos estão visíveis, as minhas contas bancárias também estão visíveis, portanto, estou à vontade para dizer aqui isto. -----

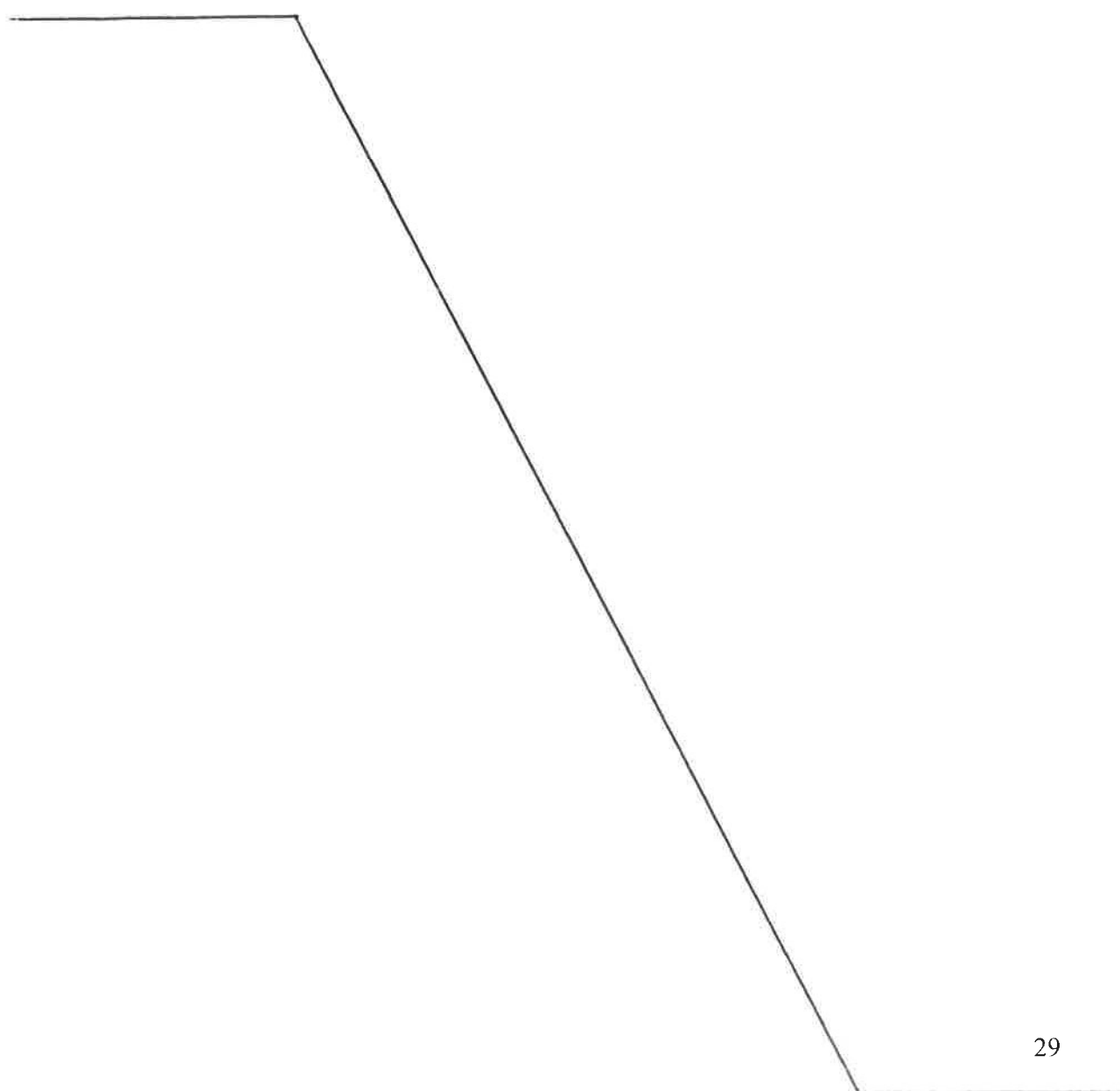
----- Quanto ao Orçamento, se fosse eu o Presidente da Câmara e a Câmara, fazia o seguinte, não fazia qualquer obra em Gondomar, apenas umas pequenas limpezas, e o dinheiro dava a toda a gente, porque nós queremos que a Câmara dê tudo e mais alguma coisa e eu faço parte de uma coletividade que está a atravessar grande crise, eu vou dizer qual é o nome da coletividade, porque eu não tenho qualquer vergonha, aliás tenho muito orgulho de fazer parte deles, Sport Clube de Rio Tinto, nós não temos receita nenhuma e se não pagarem, temos dificuldade, então fazemos uma rifas. Quem diz o Rio Tinto diz, se calhar, todas as Coletividades. Eu não sei se o Orçamento da Câmara chegava para resolver o problema a toda a gente, que está a passar problemas com o “lay-off”, pagamentos e não sei que mais. -----

----- Se a Câmara não fizesse nada, eu queria ver depois o que é que os Presidentes de Junta e a população diziam da rua que não se faz, do buraco que não se faz e de tudo que não se faz. É uma opção, a Câmara pode fazer isso. Nós devemos exigir, e eu exigo, não sei o que a CDU exigiu, mas foi alguma coisa, pois absteve-se no Orçamento de Estado. Desde que eu me lembro, desde 1975 ou 1976 que há eleições aqui e é sempre a mesma coisa, eu estou à espera, e espero não morrer antes de ver a CDU a ganhar a Câmara de Gondomar,

10. DEZ 2020

para ver o que faz, mas digo-vos, sinceramente, eu acho que vou morrer e a CDU não vai ganhar a Câmara, só gostava para ver se dá e faz tudo aquilo que diz, porque a falar qualquer um dá. É muito fácil pedir, mas se disserem que é melhor gerir o dinheiro de outra forma, gastar mais aqui ou menos acolá, isso é outra coisa, eu até aceito essa crítica. -----

----- Leu e entregou documento, que adiante segue.-----



10. DEZ 2020

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal,**

**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal.**

**Caros Colegas Deputados,**

**Exmos. Senhores Presidentes de Junta,**

**Minhas senhores e meus senhores,**

**Depois de vários anos neste Município a apertar imenso as finanças municipais, a resolver problemas que tinham décadas, que estrangulavam a capacidade de investimento municipal e prejudicavam seriamente a População, finalmente Gondomar depois de inverter uma trajectória de desvario e descontrolo do endividamento atinge um ponto de equilíbrio e em que supera os níveis de restrição a que vinha sendo sujeito, que teve que ser esta maioria socialista a resolver, renovando a confiança da População nos decisores municipais, daqui que, o que outros deixaram numa situação catastrófica e de pré-intervenção, o PS tem corrigido e colocado Gondomar no rumo certo, permitindo, por exemplo, que o Orçamento para 2021 tenha uma previsão de receitas na ordem dos 124 milhões de €, os quais cobrem a totalidade da despesa prevista e asseguram o cumprimento das obrigações legais no que ao equilíbrio financeiro diz respeito, assegurando a manutenção da linha de cumprimento do pagamento da sua dívida que tantos estrangulamentos vinha a causar mas, simultaneamente, garantir um nível de investimento público que há mais de uma década e meia não se via no Concelho.**

10 DEZ 2020

Efectivamente, com a previsão de investimento para 2021 de 35 milhões de € possibilitados por várias candidaturas a programas com financiamento comunitário, Gondomar finalmente verá muitos dos seus anseios concretizados e muitas das nossas freguesias serão contempladas com projectos ambiciosos, promessas desta maioria e que verão a luz do dia como anteriormente assumido.

De entre esses projectos destacamos aqueles que terão enorme impacto junto da População e que esta há muito reivindica, como sejam: a Via estruturante Norte/Sul; a Beneficiação da Avenida da Condução na sua vertente pedonal; o Percurso da Via Nordeste (pedonal e ciclável); os Parques Urbanos de São Cosme, da Ribeira da Archeira e o Parque Urbano e Desportivo de S. Pedro da Cova, investimentos emblemáticos de um paradigma de desenvolvimento e qualidade de vida das Populações que perfilhamos mas também investimentos estruturantes que revolucionarão a mobilidade concelhia e inter-municipal com os concelhos vizinhos desses eixos rodoviários. Também ao nível da recuperação do património histórico e cultural se poderá evidenciar esta preocupação e esta concretização de projectos ambiciosos, é o caso, por exemplo, da recuperação do Cavalete do Poço de São Vicente, em São Pedro da Cova.

Obras e projectos de grande impacto ao nível local mas que permitirão uma melhoria global dos níveis de qualidade de vida da População gondomarense, da sua mobilidade e da sua sustentabilidade ambiental.

Ainda dentro das preocupações ambientais e com a qualidade de Vida, o aumento da taxa de cobertura da rede de saneamento continua

10 DEZ 2020

a merecer toda a atenção, pelo que se inclui no presente documento o Fecho do Sistema de Águas Residuais de Gramido, através da conclusão dos Subsistema de Leverinho, Esposade e Foz do Sousa que até agora não tinha sido possível executar e concluir, criando aqui uma situação de injustiça para com estas Populações que urge rectificar e resolver com urgência.

São várias as frentes de batalha e de resolução de problemas, daí que exista um planeamento de intervenção muito forte nos conjuntos habitacionais e também nas Escolas continuando-se assim a reabilitação do Parque Escolar que esta Maioria empreendeu, já que a aposta na Educação é uma das paixões desta Maioria, assim como se garantirá uma execução elevadíssima de investimentos em intervenções ao nível da conservação e requalificação nos conjuntos habitacionais, onde têm surgido problemas graves que têm que ser resolvidos.

Dado que o Partido Socialista tem uma matriz marcadamente social e com enorme preocupação com os mais desfavorecidos, salientamos também várias medidas e programas de Apoios Sociais e às Famílias que mais sentiram e continuarão a sentir o impacto da Pandemia da Covid-19, como é o exemplo do montante de apoio directo às Famílias com uma projecção de despesa de 1.166.358,00 € (um milhão, cento e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e oito euros), absolutamente fundamentais para acorrer a situações gravíssimas que atingem já aquelas pessoas mais vulneráveis, mais desprotegidas e que são o alvo mais fácil e imediato dos efeitos perniciosos da crise económica provocada pela Pandemia. Urge combater situações de pobreza extrema e mitigar os impactos que esta pandemia está já a causar em muitas Famílias de Gondomar. Estamos atentos a isso.

10. DEZ 2020

Interligado com esta situação de impacto da Pandemia, uma vez que se torna imperioso, em simultâneo, ajudar na reactivação da economia, do apoio à manutenção do emprego e da diminuição da carga fiscal para as empresas, destacamos uma medida importante e que ajudará muitas das pequenas e médias empresas do Concelho, já que fica consignada a isenção de derrama municipal para empresas com um volume de negócios até 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros) e a diminuição da derrama de 1,5% para 1,25% dirigida às empresas que tenham um volume de negócios acima dos 150.000,00 €.

Finalmente, porque estamos atentos ao aumento de situações de insegurança colectiva, porque percebemos que as crises económicas geram problemas sociais e de segurança, com o aumento da criminalidade, muitas das vezes de pequena criminalidade associada à luta pela subsistência e a fenómenos de marginalização social, porque pretendemos que as forças de segurança no Concelho tenham cada vez melhores condições e meios para exercer a prevenção e repressão que muitas das vezes se impõe, verão finalmente a luz do dia os projectos de construção dos Postos da GNR das Medas e de Fânzeres, reivindicações antigas daquela Guarda Nacional e das Populações dessas áreas de influência que reclamam uma presença cada vez maior dos agentes de autoridade.

Por tudo o que aqui enunciamos, este Grupo Parlamentar votará favoravelmente este Orçamento e Plano para 2021, porque Gondomar está cada vez mais no rumo certo!

Muito obrigado!!

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Fernando Casanova  
Fernando Airas  
Joaquim Pereira  
Mário José  
Bela  
António Luís  
Serrão  
Blanco

João Pedro

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a circled number '4' at the top.

10. DEZ 2020

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: Eu como fui acusado de ter sido muito telegráfico da última vez para cumprir as 23 horas, posso-me dar ao luxo, acho eu, Senhor Presidente, de estar aqui 1 hora a falar, mas não o vou fazer. Vou só dizer que estou em Gondomar em Dezembro de 2020, perante a Assembleia Municipal, se calhar podia estar no país das maravilhas a ver um conto de fadas, a Alice. -----

----- Se calhar, Senhor Presidente, poderia propôr aqui a esta Assembleia, disparates como aqui foram ditos de coisas que não são legais, como pagar o IMI em prestações, não sei o que mais a Câmara pode fazer, a lei já prevê como é que se faz: numa, duas ou três; podia dizer disparates como aqui foram ditos, como IMI na taxa máxima, não, não está, estava em Gondomar quando o partido dos Senhores Deputados que vieram aqui falar estavam no poder, agora não está, está abaixo 3 pontos da taxa máxima.-----

----- Podia aqui dizer que era uma maravilha, não cobravamos impostos, não tínhamos receita e não fazíamos a obra e acham os Senhores Deputados, que até vos considero com um nível intelectual acima da média, formados, experientes e vividos, que é não fazendo nada que recuperamos, que é deixando de investir, que é não autorizando as esplanadas, que é não apoiando as Associações, que é não apoiando as famílias com apoios sociais que se faz alguma coisa, ou vamos todos para casa e não fazemos nada.-----

----- Não fazemos obras, não apostamos na qualidade de vida, não aprovamos a habitação social, não intervimos nas ruas, não intervimos nas escolas, não, vamos para casa e quem vier a seguir que faça. Não há receita, não há despesa. Ou algum dos Senhores Deputados

consegue vir aqui dizer qual é o segredo para fazer aumentar a manta? É que eu não consigo, peço desculpa, e tenho alguns anos de vida política e muitos mais anos de gestão e alguma formação académica da matéria e também, já agora, um sucesso profissional, mas não consigo, se quiserem explicar, Senhores Deputados, que eu estou aqui com todo o gosto para ouvir. -----

----- Agora vamos ser sérios. O Orçamento para 2021 poderá ser diferente, naturalmente, do que um feito pelo PS, pelo PSD, pela CDU, pelo Bloco, pelos independentes, pelo CDS e eu aceito isso, mas o Orçamento para 2021 veio repôr muita justiça, veio fazer obras que estavam previstas pelo Presidente da Assembleia e pelo Presidente da Câmara e não se pôde executá-las, a via Norte/Sul, a via Nordeste, a recuperação do cavalete de São Pedro da Cova, acham que isso foi um presente para o Concelho? Oferecer parques urbanos e qualidade de vida, ou querem recuar 7 anos atrás quando Gondomar era um dormitório? Não, nós felizmente somos um Concelho ao lado do Porto, com a honra de transportes, com acessibilidade e onde começamos a ter muita qualidade de vida, não temos toda, mas para lá caminhamos. Onde temos as melhores escolas da área metropolitana, quer em instalações físicas, quer em funcionamento; onde, apesar das queixas daquilo que é a industrialização de serviços, que já havia e que é impossível hoje reverter na totalidade, há excelentes referências da qualidade de refeições, do preço das refeições, da qualidade de serviço, do planeamento do horário. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, estamos aqui para debater política, mas com bastante seriedade. Mentiras, disparates ou coisas que sejam ditas só por dizer não contam para o Executivo. Agora construir, discutir, olhar em frente o futuro e, acima de tudo, investir no território, nas pessoas, nas empresas, naquilo que é a recuperação económica do país, contem connosco, porque é esse o caminho. É voltar a criar riqueza, é voltar a gerar emprego e, acima de tudo, dar qualidade de vida a Gondomar, para que continue cada vez mais a ser um Concelho de futuro. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: Em primeiro queria deixar aqui um agradecimento aos serviços da Câmara Municipal que elaboraram o orçamento, a Dr.ª Anabela Sousa, Diretora do Departamento, e Dr. António Albertino, Chefe de Divisão, que estão cá presentes e que tiveram um trabalho técnico demorado, difícil e, para eles fica aqui o nosso agradecimento. -----

----- Eu tenho mesmo de dar algumas notas, porque nós quando discutimos um Orçamento temos de ter uma discussão de Grande Plano e tentar perceber qual é a estratégia para o Concelho e qual é, também, a ideia diferente da oposição e eu confesso que, depois de ouvir todas as intervenções que aqui ouvi hoje, não recolhi nenhuma estratégia ou ideia diferente para o Concelho desta que é proposta. -----

----- Queria lembrar-vos o seguinte, 28 milhões de euros são para o pagamento de salários; continuamos a amortizar a dívida para que no final de 2021 estejámos e vamos

estar abaixo dos 70 milhões de euros, o que quer dizer que vamos gastar à volta de 6 milhões e meio de euros para reduzir à dívida. -----

----- Se for aprovada a proposta do empréstimo de curto prazo, vamos ter um empréstimo, mas no dia 31 de dezembro de 2021 esse empréstimo vai estar totalmente dissolvido e não vai aumentar nada à dívida. É um empréstimo de curto prazo para fazer face a alguma eventualidade que se possa suceder ainda à conta da pandemia do Covid-19 e realmente temos muitas obras que gostaríamos muito que se pudesse iniciar, o primeiro semestre do ano é o mais difícil em termos de tesouraria e a proposta para esse empréstimo tem a ver com isso, com a eventual necessidade no primeiro semestre de 2021 e, se isso acontecer, esse empréstimo será utilizado para esse efeito. -----

----- Gostaria de recordar-vos também que, no que diz respeito a Rede Ambiente e LIPOR, ou seja, saneamento e recolha de resíduos, temos uma despesa anual à volta de 10 milhões de euros, isto não é assunto que se possa resolver facilmente no Orçamento, como imaginam. É evidente que o Vice-Presidente da Câmara e o Executivo já pensaram nessas matérias, mas não é uma matéria que possamos discutir aqui, temos uma carga de 10 milhões de euros para essas duas situações, mas são situações que eu ainda não ouvi aqui uma solução consistente para respondermos a essa matéria, não ouvi aqui resposta nenhuma e é um valor que temos de contar com ele. -----

----- Na STCP temos uma carga à volta 1,2 milhões de euros no Orçamento, à conta de transferência de competências, no âmbito dos transportes, em que passam os Municípios a

ter responsabilidade nessa matéria, mas essa responsabilidade também implica uma despesa que andarà à volta disso. -----

----- Para terem uma ideia, só em iluminação pública, eletricidade e gás, a Câmara despende por ano à volta de 6 milhões de euros, isto para termos uma ideia geral. -----

----- À conta do Covid, com os EPI's e o equipamento informático, não sei se têm ideia, mas a Câmara já despendeu 600 mil euros em equipamento informático, são 600 mil euros bem gastos e, para o ano, se calhar vamos ter que contar com esse tipo de despesa, quer nos computadores, quer no acesso à Internet, que nos passa ao lado, porque temos internet em casa, mas há muita gente que não tem e é preciso fornecer equipamento informático e acesso à internet, sendo essa uma despesa que está prevista no Orçamento, não é de quem anda distraído, é sim porque estamos preocupados com isso no próximo ano.-----

----- Também na educação, temos diversos valores previstos significativos na recuperação de escolas, isto é completamente contrário ao que dizem de sermos completamente insensíveis ao que está a acontecer. -----

----- Na área social, nós temos apoios diretos às famílias de cerca de 1 milhão e 600 mil euros, um aumento de quase 40% relativamente à verba prevista para 2020. Isto de dizer que não somos humanos não é verdadeiro, 1 milhão e 600 mil euros diretamente para as famílias, se calhar é pouco, concerteza que será pouco, mas temos um aumento de 37% que é significativo. -----

----- Mantemos o apoio às Coletividades, estando previsto um aumento na área social, também porque compreendemos que vai ser um ano especial nessa matéria, 4 milhões de euros para intervenções nos complexos habitacionais, quer no que diz respeito a requalificações, quer no que diz respeito à eficiência energética, 4 milhões de euros para beneficiações de arruamentos e uma série de obras previstas que já foram referidas: Via Estruturante Norte/ Sul e a Via Nordeste, muitos arruamentos em todas as Freguesias e, claro, os Parques Urbanos, onde temos um investimento forte na aquisição de terrenos. Foi uma estratégia escolhida pelo Senhor Presidente da Câmara e é essa estratégia que irá ser continuada para completarmos a rede de parques de Gondomar, quando esta rede tiver terminada, Gondomar vai ainda continuar atrás de muitas cidades. -----

----- Confunde-se cultura com efemérides, e eu sinto-me mais ou menos versado nessa matéria da cultura aqui em Gondomar, desde as Farrapeirinhas de Baguim do Monte ao Rancho Folclórico de Pé de Moura que, por sinal, é na Lomba, na outra ponta do Concelho, eu conheço mais ou menos as Coletividades e conheço as efemérides e a Cultura, acho que não temos de confundir essa matéria e é um assunto que não vale a pena perder muito tempo com ele. Gostava de ver os Senhores Deputados mais vezes, quer nas efemérides, quer na cultura, infelizmente não vos vejo, de certeza que é por falta de tempo. Acho também injusto dizer-se que a Juventude ou no Desporto se reduza a uma noite por ano, o que seria justo era dizer-se que é uma grande noite, mas não podemos dizer que é só uma

noite, porque isso é profundamente injusto para o grande trabalho que tem sido feito nessas matérias também. -----

----- Eu senti-me obrigado a dizer estas palavras e vou terminar como comecei, do que eu ouvi aqui das intervenções das diversas bancadas e digo com sinceridade não encontrei também uma proposta alternativa. Eu julgo que este Orçamento tem três ou quatro apostas que são bem perceptíveis na área social onde os aumentos são significativos, quer queiramos, quer não, são significativos, nos apoios diretos às famílias e às IPSS com aumentos relevantes, nas intervenções nos complexos habitacionais municipais e depois nas apostas nos parques urbanos e também em diversas vias, quer novas, quer nos arruamentos existentes, que são realmente um aumento da aposta deste executivo e que resulta no Orçamento. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria**, com 26 votos a favor (21 PS + 5 VALENTIM), 10 votos contra (3 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS) e 2 abstenções (1 VALENTIM + 1 CDU). -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD, foi entregue declaração de voto, que adiante segue.-----



10. DEZ 2020

### Declaracao de Voto - Orcamento 2021

Um orcamento do Partido Social Democrata teria espelhado a sensibilidade das enumeras dificuldades em que os gandomarenses (pessoas e tecido empresarial) se encontram, e assim contemplaria a devoluçao total possivel do IRS, a reducao da taxa de IMI até ao mínimo previsto por lei, e a isençao da DERRAMA a todas as empresas sediadas em Gondomar.

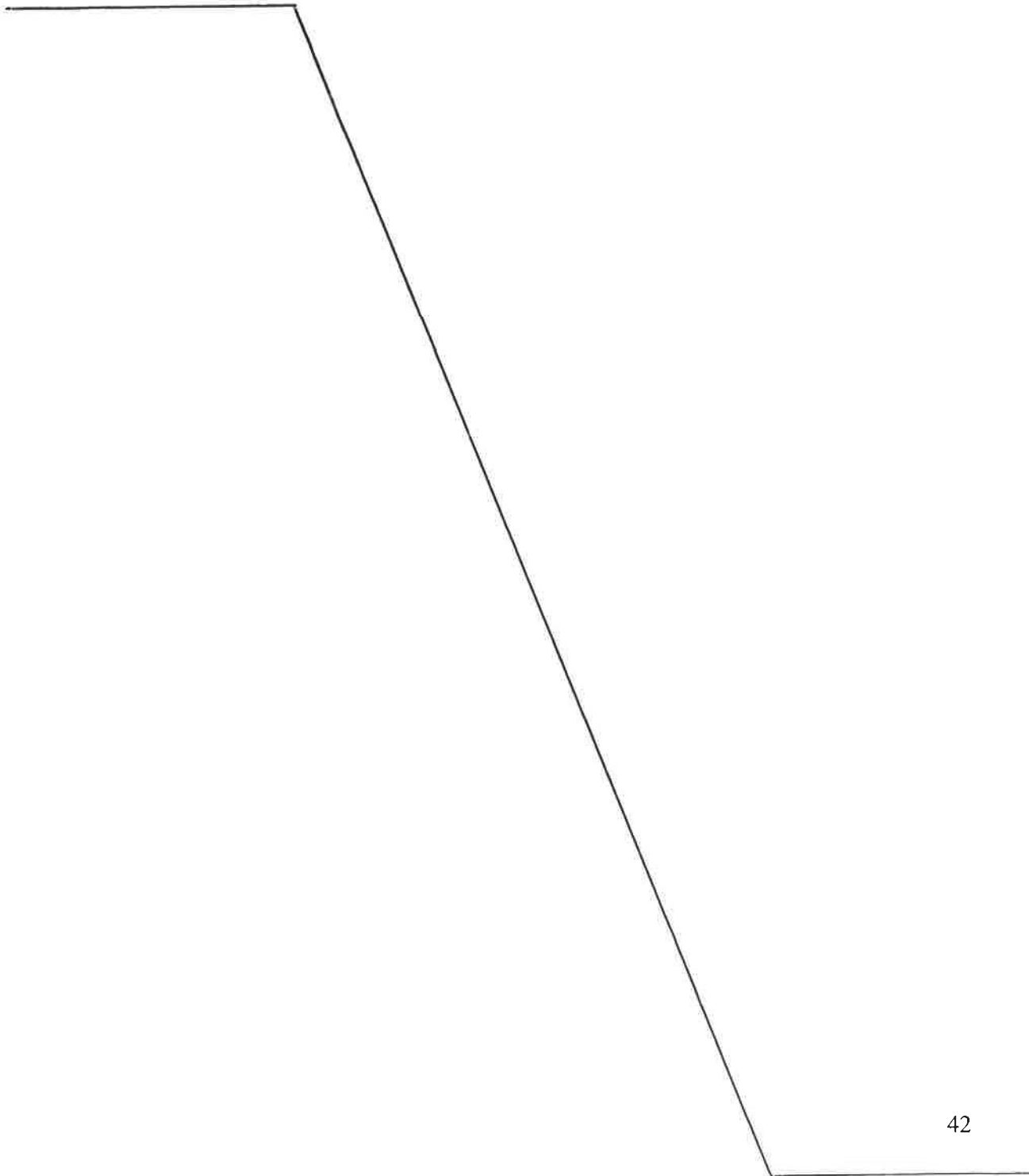
Se no início desta pandemia estávamos com muito receio pela saúde dos nossos, agora também receamos a sobrevivência económica dos nossos, e aqui a Camara Municipal de Gondomar tinha o dever de minimizar este medo.

A economia parou, o desemprego aumentou, as famílias ficaram sem parte dos rendimentos, os empresários enfrentam uma situação nunca imaginada, e a incerteza continua.

Em conclusao, cabia ao executivo da CMG minimizar estes danos, estar ao lado da sua população e passar um sentimento de proteção que abranja todos nós. Era necessário, e urgente! E o orçamento para 2021 do município de Gondomar nao esta adaptado de todo para esta realidade, e por esse motivo o Partido Social Democrata vota contra o Orcamento apresentado para 2021.

10. DEZ 2020

----- PEDRO VIEIRA (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES E SÃO PEDRO DA COVA): Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue.-----





# Grandes Opções do Plano Orçamento Municipal para 2021

## Declaração de voto

As grandes opções do plano e orçamento municipal para 2021, mantêm no essencial as características, o conteúdo e o sentido das GOP 'S e orçamento, elementos que, no essencial, divergem daquelas que são as nossas opções políticas para o concelho.

Acompanhando e concordando com a reflexão da CDU, no qual o orçamento não responde nem resolve os principais anseios das populações, não havendo para este ano, como não houve nos últimos três orçamentos uma estratégia definida para o desenvolvimento equilibrado do concelho.

Nas freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, continua a haver um baixo investimento face às necessidades das populações e às características dos territórios.

Um território com 22km<sup>2</sup> e mais de 42000 habitantes, com 10 conjuntos habitacionais, 50 coletividades, com 5 agrupamentos de escolas, com o património que é do conhecimento de todos, continua a ser muito curto esse investimento por parte da CMG.

Contudo, como Presidente de Junta da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, não posso ignorar que alguma das propostas sugeridas por esta Junta de Freguesia para as GOP de 2021 e também nos 3 últimos orçamentos, terem sido englobadas, indo ao encontro das nossas pretensões e dos anseios das nossas populações.

Propostas da Junta de Freguesia:

Parque Urbano de Fânzeres, Rua da Felga, Rua de Cabanas, Praceta Centro Republicano e Democrático de Fânzeres, entrega de escolas abandonadas às coletividades.

Parque Urbano de São Pedro da Cova, Rua de Ervedosa, Rua da Portela, saneamento da encosta da Bela Vista, aquisição dos terrenos onde estão depositados os resíduos bem como o complexo mineiro.

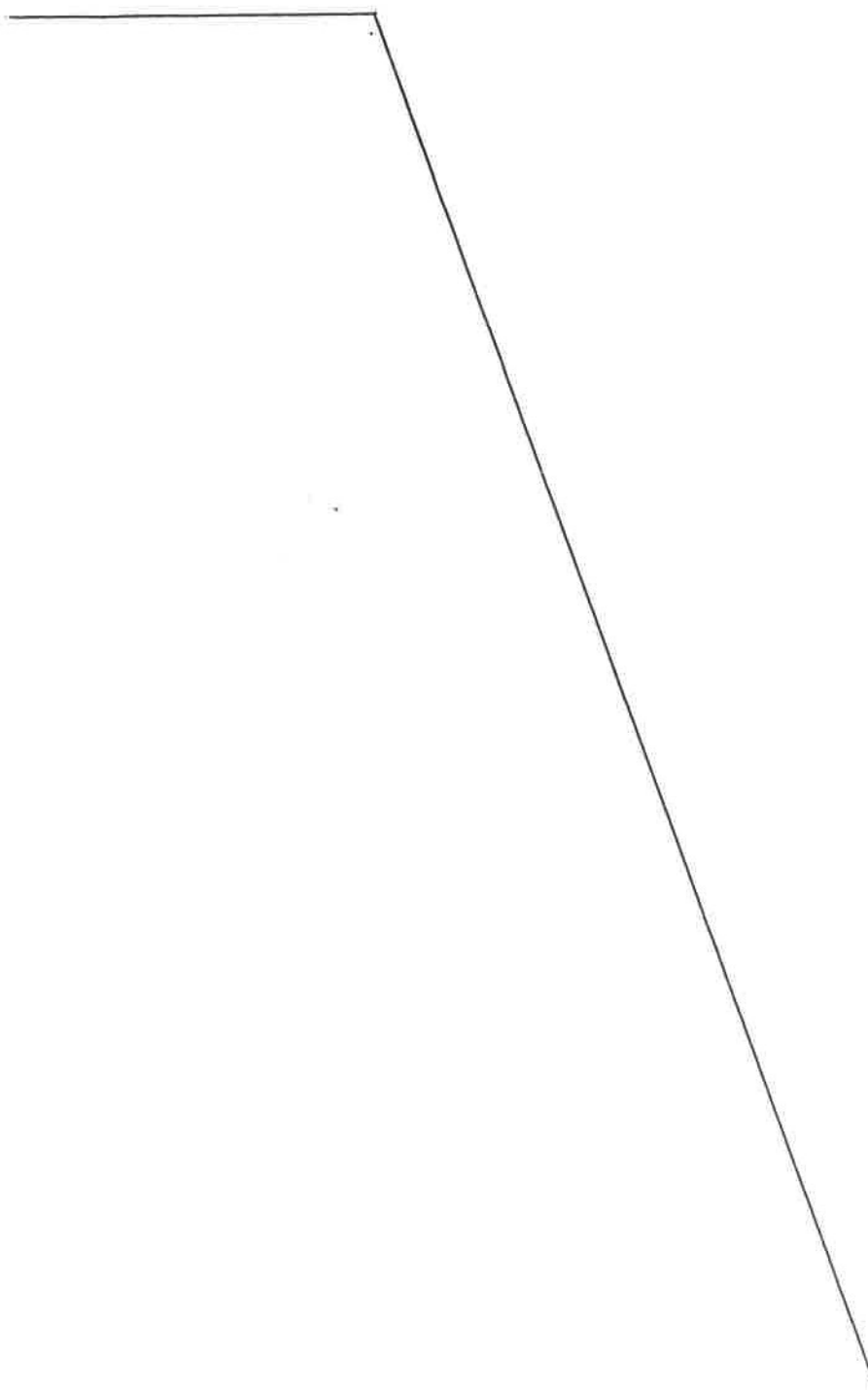
Assim sendo, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova decidiu **abster-se**.

Fânzeres e São Pedro da Cova, 3 de Dezembro de 2020.

10. DEZ 2020

----- **f) Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições financeiras** -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU): Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -----



## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Empréstimo de curto prazo – consulta a instituições financeiras

Já várias vezes afirmamos neste Órgão que não nos opomos ao recurso à banca se esse dinheiro significar mais investimento público e, conseqüentemente, melhoria das condições de vida da população.

No entanto, esta proposta apresentada pela Câmara Municipal sobre o pedido de empréstimo, refere a necessidade de pedir este dinheiro por questões de gestão de tesouraria, para antecipar receitas próprias municipais. Ora, tanto quanto é do conhecimento da CDU, não têm chegado a esta Assembleia informações sobre problemas de tesouraria que a Câmara tenha ou preveja vir a ter.

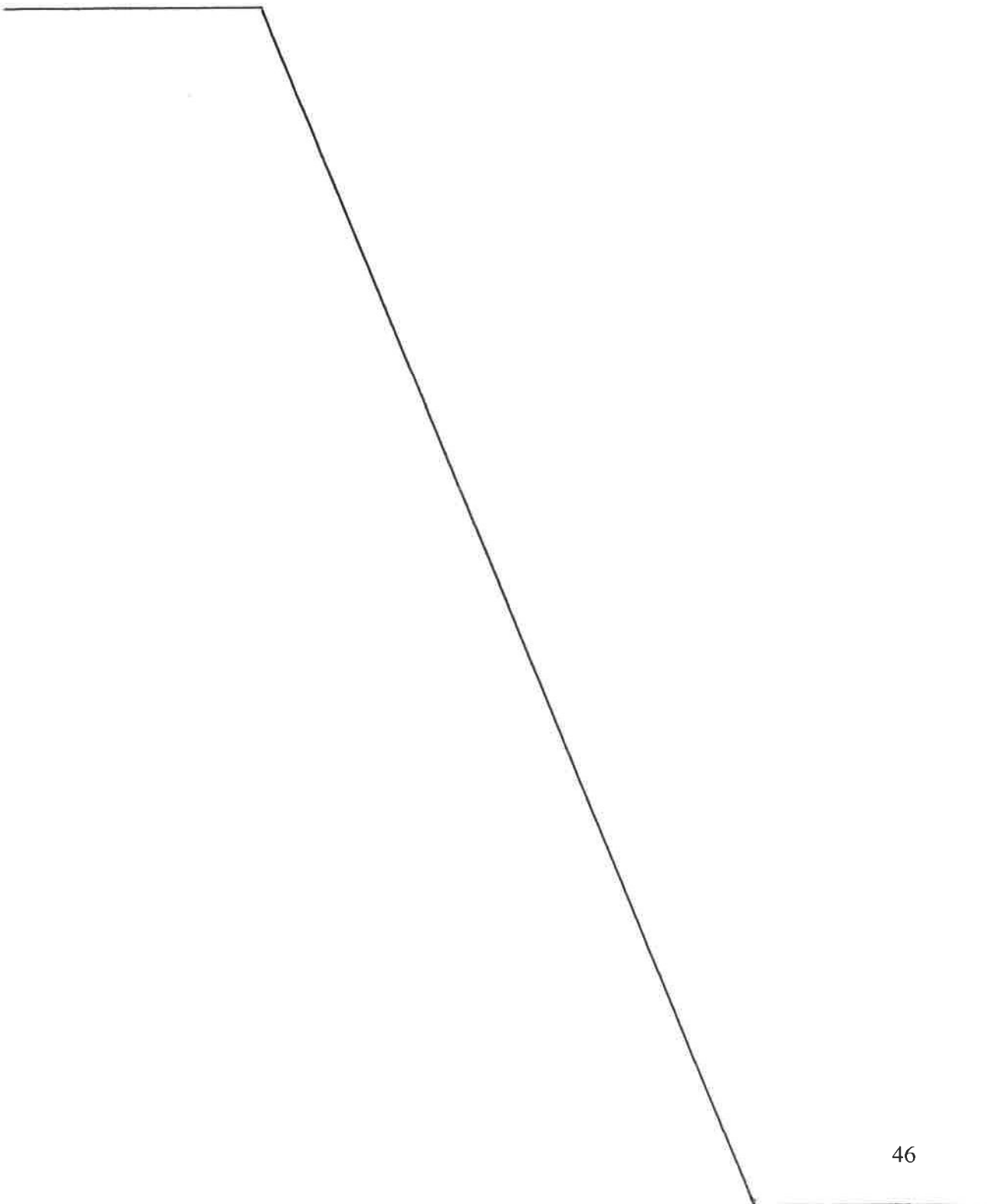
Neste sentido, a CDU vota CONTRA este pedido de empréstimo, tanto mais que a sua liquidação ultrapassará a data do mandato deste Executivo.

Gondomar, Assembleia Municipal em 3 de dezembro de 2020,

O Grupo Municipal da CDU,

10. DEZ 2020

----- SARA SANTOS (BE): Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----



10. DEZ 2020

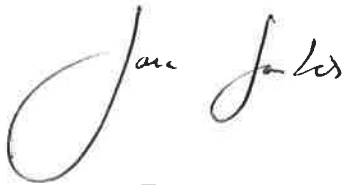


Declaração de Voto

O recurso a empréstimos deve, na visão do Bloco de Esquerda, ser acompanhado de uma evolução na sociedade e espelhado numa melhoria da qualidade de vida dos Gondomarenses.

Sendo que, no documento que descortina as Grandes Opções do Plano de 2021 existe já um equilíbrio financeiro entre as despesas projetadas e as receitas, o BE não vê a necessidade do recurso à banca por parte da câmara. Sendo que a proposta a votação não é suficientemente discriminatória acerca da forma como os recursos irão ser alocados, o nosso voto é, portanto, contra esta medida.

O grupo municipal de Gondomar



----- GRACIANO MARTINHO (VALENTIM): A razão de estar aqui presente é para explicar porque motivo, provavelmente surpreendendo muita gente, o Movimento do Valentim Loureiro tomou a posição de votar as Grandes Opções do Plano Orçamento favoravelmente, exceto uma abstenção. Já agora, quero dizer ao Senhor Presidente e Vice-Presidente do Executivo que hoje saio da Assembleia satisfeito, porque finalmente consegui perceber-vos.-

----- A explicação muito em especial do Senhor Vice-Presidente, para mim, foi muito esclarecedora. Até acabamos por reconhecer que, no meio deste período grave, de muitas dificuldades, que ainda vão agravar muito mais, vamos ter que ser muito serenos, fortes e em redor de quem nos comanda. Ao nosso Presidente da Câmara, o Dr. Marco Martins, embora se pense que possa existir alguma animosidade com o Graciano e o Marco, isso é mentira, eu sou amigo de toda a gente. Tenho que reconhecer o mérito, pois vejo-o sempre em todas as frentes que se refere à defesa dos interesses dos Gondomarenses, muitas das vezes fico impressionado. -----

----- Votamos favoravelmente, embora também tínhamos pontos de discordia, mas se me permitirem, achamos que 70%, 80% do que foi explorado pelo Senhor Presidente merece, de facto, que reconheçamos esse sacrifício, esse esforço e essa planificação. -----

----- PEDRO FORTE (PS): Esta proposta “Empréstimo de Curto Prazo – consulta a instituições financeiras”, que é hoje sujeita aqui a aprovação por esta Assembleia, justifica no entender do Grupo Parlamentar do PS uma reflexão sobre uma atuação da Câmara que entendemos ser muito responsável e prudente. Esta proposta, analisada de uma forma

isolada, pela sua denominação pode não permitir, de uma forma imediata, apresentar o alcance do que ela representa, mas se a enquadrarmos no contexto da atuação responsável que as políticas que o Executivo da Câmara tem implementado ao longo deste mandato percebe-se melhor a sua importância e eu vou tentar ser muito breve e vou só destacar aqui três conjuntos de políticas e ideias que refletem que há aqui uma preocupação relativamente aos Gondomarenses. -----

----- Destacava a coesão social, que está nos documentos que nós estivemos aqui hoje a aprovar sobre conservação e reparação de habitação social, onde há aumento de 3 vezes, 300 por cento, o Programa Social+ teve um aumento de 554 mil euros para 4 milhões 250 mil euros, ou seja, 8 vezes mais, o apoio às IPSS, aumentou 3 vezes mais, de 165 mil euros para 402 mil euros. -----

----- Depois a parte educativa, que é muito importante, estamos a falar dos Jovens, dos Gondomarenses de amanhã, nas atividades de animação e apoio à família, temos um aumento de 5 vezes mais, auxílios económicos no apoio às atividades educativas, temos um aumento de 4 vezes mais e criação e na implementação de incubadoras de empresas, estamos a falar em desenvolvimento económico, onde temos um aumento para o dobro. ----

----- Portanto, é com estas políticas e com estas ideias que esta Câmara se apresenta para 2021. Já ouvi aqui dizer que não há esforço, não há preocupação, mas eu acho que há aqui preocupação e convido os Senhores Deputados a lerem com cuidado e com atenção os

documentos que estivemos aqui hoje a aprovar e depois, se calhar, já não vêm com muita coragem para aqui dizerem o que disseram. -----

----- Voltando ao que agora vamos votar, ao empréstimo, trata-se, como o Senhor Vice-Presidente já aqui falou, de uma medida que não tem implicações para a dívida do Município, pois estamos perante um empréstimo de natureza cautelar que o Executivo só ira recorrer em parte ou na totalidade do montante aprovado se houver necessidade momentânea de tesouraria e cujo prazo de contrato termina em 31 de dezembro de 2021.

----- Numa linguagem mais técnica, podemos classificar este empréstimo como uma modalidade de conta corrente, mas numa análise política parece-nos a nós, membros da bancada parlamentar do PS, estarmos perante uma medida prudente para fazer face aos compromissos que a Câmara terá com os diversos projetos que irão acontecer em 2021. Estamos a falar da construção dos Parques Urbanos, e deixem-me dizer-vos o seguinte, os Parques Urbanos fazem parte do que foi o programa eleitoral com que esta Câmara se apresentou em 2017 e foi voluntário que os Gondomarenses querem parques urbanos, senão não tinham votado e esta Câmara não tinha ganho as eleições, e é para isto que serve este empréstimo, para fazer face aos compromissos que vão surgir com a construção dos parques urbanos, das vias estruturantes ou até da recuperação do parque escolar, é para isso que serve este empréstimo. -----

----- Desta forma, e tendo em conta que esta medida não acarreta qualquer bónus para os Gondomarenses, mas permite à Câmara honrar a tempo e horas os seus compromissos e por isso, o Grupo Parlamentar do PS votará favoravelmente a esta proposta. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: Esta Assembleia, não sei se têm essa noção, mas ao longo dos últimos 16, 20 anos, não estamos aqui a falar em causa de quem foi, é apenas um dado temporal, terá aprovado entre 120 e 125 milhões de euros de empréstimos a médio, longo prazo para a Câmara contrair. Nós estamos aqui a pedir um empréstimo de curto prazo de tesouraria, como eu tive oportunidade de explicar na primeira parte desta Assembleia, apenas e só para reforçar aquilo que é a liquidez e que tem de ser integralmente liquidado até dezembro 2021. Esta é só uma almofada para não termos nunca o risco de ter pagamentos em atraso, porque como eu estava a explicar, o IMI apenas sendo pago em Maio, o dinheiro só chega aos cofres em princípio a 18 ou 19 de junho e provoca um grande atraso financeiro e, portanto, é apenas para isto. -----

----- E também há um outro motivo que não havia há 2 ou 3 semanas atrás quando a Câmara aprovou e não havia na semana passada na Assembleia. Entretanto, o Governo, e bem, já dispôs os fundos comunitários a 100% para tudo aquilo que for executado até junho, ou seja, as obras que a Câmara tinha financiado a 70%, 80%, que era a taxa máxima de financiamento, desde que sejam executadas e pagas até junho vão ser financiadas a 100%, portanto a liquidez não é para ser deixada para o futuro, é para poder honrar os compromissos do momento.-----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria**, com 27 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM), 10 votos contra (4 CDU + 4 PSD + 2 BE) e 1 abstenção (CDS). -----

----- **g) Projeto de Regulamento dos Mercados do Município de Gondomar** -----

----- VEREADOR JOSÉ FERNANDO: Uma nota justificativa, neste regulamento já diz tudo, mas tínhamos o mesmo regulamento dos mercados desde 1982, e foi preciso ajustar esse regulamento à lei habilitante, devido a muitas mudanças legislativas no decorrer de 28 anos.

----- Penso que este regulamento vem melhorar os nossos mercados, vem melhorar o desempenho dos nossos operadores e, portanto, pedia a todos para que votassem favoravelmente este Regulamento. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria**, com 27 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM) e 11 abstenções (4 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS). -----

----- CRISTINA COELHO (CDU): Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****Ponto 3.2 g) "Projeto de Regulamento dos Mercados do Município de Gondomar"**

Não obstante o grupo municipal da CDU considerar que há uma evolução positiva na apresentação deste *Projeto de Regulamento dos Mercados do Município de Gondomar*, os eleitos da CDU votarão em **ABSTENÇÃO** pelas razões seguidamente elencadas:

- 1- Neste *Projecto de Regulamento dos Mercados do Município de Gondomar* deveriam estar contempladas as responsabilidades do Município;
- 2- No documento deveriam estar claramente expressos os mecanismos para que os comerciantes possam recorrer no caso de uma decisão disciplinar por parte do Município.
- 3- Neste *Regulamento dos Mercados*, independentemente das exigências legais, não faz sentido uma discriminação nas condições de admissão/atribuição de espaços de venda a possíveis operadores económicos ou prestadores de serviços não pertencentes à União Europeia ou ao Espaço Económico Europeu (artigo 7.º).
- 4- Neste documento, face ao evoluir da pandemia e às consequências desta no normal funcionamento dos equipamentos em questão, deveriam estar plasmadas as medidas a adoptar pelo Município de forma a salvaguardar esta actividade económica e os seus interesses.

Por fim, damos nota que ao longo deste mandato, os vereadores da CDU têm alertado para o facto de a legislação definir que a gestão dos Mercados e Feiras é uma das competências que deve ser delegada nas respectivas Juntas de Freguesia.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 03 de Dezembro de 2020

Pe'l' O Grupo Municipal da CDU,

Cristina Coelho

----- **h) Projeto de modificação do Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Edifício Sede do Gondomar Goldpark** -----

----- MANUEL MARQUES (PSD): Depois de ler a proposta deste ponto cheguei à conclusão que não percebi nada e como não percebi nada, porque a proposta começa por dizer que aquele investimento resultou de um financiamento dirigido à fileira da ourivesaria e agora há uma proposta em que vamos transformar aquilo em espaços comerciais e que vamos alugá-los em “startups” a 150 euros cada sala. Portanto, eu pedia por favor ao Senhor Executivo se podia clarificar mais, porque eu sinceramente não percebi nada do que estava ali na proposta. -----

----- NUNO SANTOS (CDU): A CDU considera que esta proposta está construída com o objetivo de criar as normas e condições de acesso à utilização dos diversos parques do GoldPark, mas é fundamental garantir que este equipamento não se torne um conjunto de lojas e espaços articulados. -----

----- É fundamental que este equipamento dê um contributo para a formação de um dos mais relevantes cursos endógenos do nosso concelho, a ourivesaria, por essa razão é que há muito a CDU vem defendendo que se estabeleça contactos com o Instituto Politécnico do Porto, com vista à criação em Gondomar de um polo de ensino superior ligado ao setor da ourivesaria, o GoldPark seria o espaço a considerar para essa possibilidade. -----

----- A CDU manifesta ainda as suas dúvidas sobre os valores considerados para a cedência dos espaços. Nesse sentido, a CDU vai abster-se. -----

----- VEREADORA CLÁUDIA VIEIRA: Relativamente ao pedido de esclarecimento no que respeita a este regulamento, aquilo que está aqui em causa prende-se efetivamente com toda a dinâmica que se vive hoje em dia no Gondomar GoldPark, portanto, é efetivamente um edifício dedicado à ourivesaria, onde temos lojas, oficinas, salas de co-work, onde os ourives podem dar início à sua atividade e aquilo que está aqui em causa prende-se com a adequação do modelo de funcionamento às novas normas e dinâmicas agora implementadas. -----

----- Também dar nota que atualmente temos neste mesmo edifício a Imprensa Nacional da Casa da Moeda que representa do ponto de vista económico, para o setor de ourivesaria um papel fundamental, sendo certo que, neste momento, toda a atividade de contrastaria da zona Norte está a ser efetuada no Gondomar GoldPark, todos os edifícios da contrastaria deixaram de ter condições devido às normas de Covid-19 e, portanto, neste momento, tudo aquilo que é contrastado a nível Norte está a ser efetivado neste edifício, portanto entendemos que, efetivamente, se existe edifício onde o setor de ourivesaria está devidamente representado é aqui no Gondomar GoldPark. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria** com 27 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM) e 11 abstenções (4 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS). -----

----- **i) Transferência de competências para as autarquias locais nas áreas da Saúde e Ação Social – Não aceitação no ano de 2021** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: Relativamente à questão de saúde e ação social é algo que será naturalmente inevitável, por força de lei, e com certeza será cumprido em 2022, mas achamos que não estão ainda reunidas as condições para que isso se faça, até porque 2020 foi um ano muito atípico, nomeadamente na questão da saúde e, portanto, é algo que, quem cá estiver no próximo mandato terá de se debruçar logo no início e, obviamente, tomar um conjunto de medidas para acautelar tudo aquilo que tem a ver na área da saúde, nomeadamente, com instalações físicas e com os contratos, não pessoais nem obviamente a parte clínica e na questão da ação social, com a questão dos apoios e da transferência de alguns recursos humanos.-----

----- No que toca às Freguesias, eu conversei em conjunto com os Senhores Presidentes de Junta e não me parece oportuno, estarmos agora no quarto ano do mandato a estar agora a alterar e a fazer contratos, até porque não haveria tempo para o fazer corretamente e, por isso, é um assunto que deve ser efetuado com tempo, preparado com toda a passividade e obviamente só fechado depois das eleições de Outubro de 2021 e como os Senhores Presidentes de Junta devem reconhecer esse mérito, não conseguem fazer isso sem a minha presença e a minha entrega total de espírito ao assunto, e não tem sido possível, como compreendem, estar duas semanas a dedicar-me 100% a esse assunto, sem prejuízo de todo o respeito e dedicação que ele merece, portanto, acordamos passar a fazer isso em 2022,

10. DEZ 2020

para irmos trabalhando e quando for possível entrar nessa matéria, sem nunca fechar o assunto, que parece-me só poder ser fechado depois das eleições, até porque há o grave risco da CDU ganhar a Câmara e, portanto, aí fazer de outra maneira. -----

----- NUNO FONSECA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO TINTO): De facto, eu vinha aqui em nome dos Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara já fez aqui a intervenção que nós achamos que é a intervenção correta e agradecer-lhe por isso, porque efetivamente são estes os pressupostos, mas, mesmo assim, gostaria de vir aqui para que todos nós ficássemos amplamente motivados para a questão da transferência de competências do Município para as Freguesias, não são apenas os quadros que estamos habituados a ter e a desenvolver nos últimos anos, são muito melhores agora. Aliás, gostaria de salientar que, ainda há pouco, estava numa piada paralela relativamente à questão da votação do Orçamento da Câmara e á possibilidade dos Presidentes de Junta se poderem abster e a votar contra, até eventualmente, porque pela primeira vez nós temos no Município contratos de 4 anos, situações que não aconteciam noutros anos e que, não é comum acontecer na maior parte das Freguesias ou Municípios, mas nós Presidentes de Junta, gostaríamos também de dizer que concordando com esta intervenção que o Senhor Presidente da Câmara fez agora, que retira muito do que eu vinha aqui dizer, não podemos deixar de discordar com os fundamentos que, na deliberação de Câmara foram colocados para este adiamento. -----

----- O adiamento deve-se, efetivamente, ao facto de estarmos em 2020, num ano de pandemia, não houve tempo para fazer os trabalhos que são necessários e que são importantes serem feitos, o fundamento não pode ter sido aquilo que na deliberação de câmara diz que a transferência tinha como consequências o aumento da despesa pública, sem benefício para os cidadãos. Nós, Presidentes de Junta, obviamente que vamos votar favoravelmente, porque tal e qual como disse o Senhor Presidente de Câmara, nós concordamos com o adiamento, não há tempo para fazer um trabalho bem feito e Gondomar precisa de um trabalho bem feito, não houve tempo em 2020. Precisamos e muito, gostava muito de sublinhar e subscrever várias vezes, precisamos de muito empenho por parte do Senhor Presidente da Câmara para que este trabalho vá até ao fim e seja aquilo que nós queremos, mas gostaríamos de discordar dos fundamentos, porque não é correto, essa não é a experiência das transferências de competências, nem em Gondomar, nem em lado nenhum. Não é transferência de competências do Estado para o Município, ninguém pode dizer que seja um atraso e seja prejudicial para os cidadãos, essa não é a verdade e, portanto, acho que estamos todos de acordo quanto a isso. É importante, Gondomar foi dos primeiros Municípios a fazer os acordos de execução e, como eu já disse à pouco, por 4 anos, é um mérito que nós temos de reconhecer a este atual Presidente de Câmara, mas neste momento, nós temos que pôr mãos ao trabalho e é isso que nós queremos também afirmar aqui, como Presidente de Junta, que está na hora de pormos a mão ao trabalho. -----

----- No momento em que eu estou aqui a falar, no final do mês já será muito mais, porque estão a decorrer as Assembleias Municipais no país, as transferências de competências dos Municípios para as Freguesias já englobam 80 Municípios, 600 Freguesias, envolvendo verbas no valor de 420 milhões de euros, é o que está a acontecer no país, neste momento. E, portanto, efetivamente, nós precisamos, neste momento, de fazer isto e a nossa única nota era exatamente isto, concordamos com o adiamento, só não concordamos com aquela linha, pois achamos que poderia não estar na deliberação de Câmara.

----- PEDRO VIEIRA (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES E SÃO PEDRO DA COVA): Eu, naturalmente, concordo com o que foi dito e com a posição da Câmara, mas nós, autarcas da CDU vamos mais longe nesta matéria e queremos dizer que o processo está ferido de legalidade naturalmente das circunstâncias que estão a ser postas, que o processo tem de avançar, coisa que neste momento não há sinais neste sentido, que se valorize e invista na autonomia de poder local dentro da possibilidade que tem das populações, valorizando também os seus trabalhadores e as suas carreiras, que o processo de desagregação das Freguesias avance de vez, portanto ao fim destes 8 anos, que acho que toda a gente percebeu aqui nesta sala, num país em que não houve ganhos nenhuns para ninguém, não houve eficiência da freguesia aos seus fregueses e às suas populações, não houve ganhos nenhuns, pelo contrário, houve até mais despesas e, portanto, nesse sentido, a CDU e a junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova vem reforçar a necessidade que tem o processo de desagregação avançar o mais rápido possível se ainda for a tempo

das próximas eleições autárquicas e que, pelos vistos, pela outra posição política dos autarcas do PS, infelizmente, não estão com essa vontade, mas queremos reafirmar essa necessidade de efetivamente este processo de delegação e transferência de competências para as Freguesias avançar. Não pode avançar, enquanto as freguesias não forem desagregadas ou aquelas que efetivamente desejarem essa desagregação. O que estamos aqui a falar não são de 1168 Freguesias para desagregar, estamos a falar de um processo ou de uma lei que permita que as Freguesias que estão agregadas possam fazer a sua desagregação e, portanto, é isso que estamos aqui a reafirmar a nossa posição. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **unanimidade**. -----

----- **j) Transferência de competências do Município para os Órgãos das Freguesias** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria**, com 35 votos a favor (21 PS + 2 BE + 6 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS + 1 CDU) e 3 abstenções (CDU). -----

-----Pelos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho de Gondomar foi entregue uma declaração de voto, que adiante segue. -----

10. DEZ 2020



## DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Gondomar concordam com o adiamento do processo de descentralização de competências para as Freguesias, adiando este processo para o início do ano de 2022.

A crise que atravessamos e as alterações que foram necessárias efetuar, este ano, impossibilitaram que fosse realizado todo um processo prévio de análise e de estudos, de modo a que a descentralização se realizasse com o mínimo de transtornos possíveis em prol do serviço público, princípios jurídicos que norteiam atividade das Autarquias envolvidas.

Não podemos, mesmo assim, deixar de discordar e lamentar os pressupostos que foram apresentados e aprovados na reunião de Câmara que justificam o adiamento, referindo que a "transferência teria como consequências o aumento da despesa pública sem benefícios para os cidadãos".

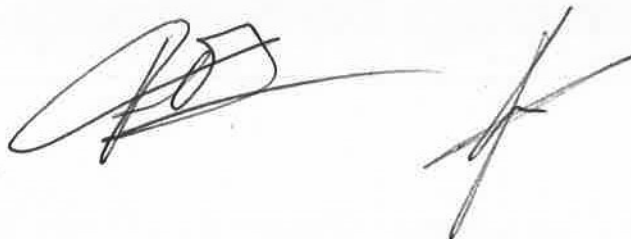
Consideramos que esta afirmação não tem base que a fundamente, contrariando mesmo o senso comum sobre a descentralização de competências implementadas em Portugal, quer do Estado Central para os Municípios, quer também dos Municípios para as Freguesias.

Estes pressupostos, contrariam mesmo os princípios constitucionais da subsidiariedade onde, o poder de decisão e de intervenção deverá estar nos órgãos mais próximos das necessidades e da população.

O próprio Decreto-Lei nº. 50/2018, citado nessa deliberação de câmara refere que "a transferência efetua-se para a autarquia local ou entidade intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa", "a garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos", "a coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público" e "a eficiência e eficácia da gestão pública".

Referimos ainda que consideramos que para um bom funcionamento de todo o processo, os trabalhos e os estudos para a concretização desta descentralização se devem iniciar o mais breve possível de modo a que atempadamente estejam reunidas as condições para a efetiva transferência de modo a evitar mais adiamentos.

Gondomar, 03 de dezembro de 2020



10. DEZ 2020



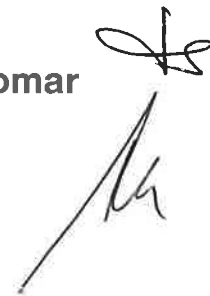
Assembleia Municipal

----- **k) Procedimento concursal para o cargo de Dirigente Intermédio de 2º e 4º Graus** ----

----- VEREADORA AURORA VIEIRA: Queria dizer que é um processo habitual, os responsáveis destas áreas decidirem utilizar a orgânica da Câmara e abrir vaga para a ocupação destes lugares e tem de ser presente à Assembleia, porque é obrigatório que Assembleia Municipal vote o Júri. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **maioria**, com 27 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM) e 11 abstenções (4 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS). -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU): Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue.

**DECLARAÇÃO DE VOTO****Procedimento concursal para o cargo de Dirigente Intermédio de 2º e 4º Graus**

Compreendendo que a proposta em causa visa dar uma resposta a necessidades administrativas e de gestão, o Grupo Municipal da CDU continua a discordar do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais e das opções da Câmara Municipal em relação ao modelo de organização dos diversos departamentos.

Assim, o voto é de Abstenção.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 3 de dezembro de 2020

O Grupo Municipal da CDU

----- I) **Pacto de Autarcas para o clima e energia – Proposta de Adesão** -----

----- VEREADOR JOSÉ FERNANDO MOREIRA: Isto é mais uma das medidas em que muitos de nós e os mais jovens sonham com um mundo sustentável, cada vez mais temos que tomar decisões em conjunto, essas medidas têm de ser regionais, nacionais e mundiais, porque se forem fragmentadas nada vai resultar, portanto os autarcas de Gondomar vão ficar ao lado de mais esta iniciativa, que eu considero excelente, além de outras que temos participado a nível da área metropolitana, portanto fazia mais um apelo aos Senhores Deputados para em consciência votarem esta proposta. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por **unanimidade**. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU): Leu entregou declaração de voto, que adiante segue. -



## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Pacto de Autarcas para o Clima e Energia

Reconhecendo a necessidade de uma grande reflexão e debate sobre o Clima e Energia, que deve envolver as Associações e movimentos ambientais do Concelho na opção da definição das melhores práticas para transformar Gondomar num município sustentável, a CDU aprova a adesão de Gondomar a este Pacto, disponibilizando-se a participar nesta reflexão e na execução das medidas que vierem a ser concertadas.

Assim, o voto é a Favor.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 3 de dezembro de 2020

O Grupo Municipal da CDU

----- MANUEL MARQUES (PSD): Relativamente a este ponto, eu faço minhas as palavras da nossa camarada da CDU, penso que é um ponto meritório em que a Câmara Municipal encandece a todo este movimento, a única dúvida que eu tenho é ao nível de custos, qual é o custo envolvido para a Câmara Municipal. -----

----- VEREADOR JOSÉ FERNANDO MOREIRA: O custo no imediato é zero, vamos aderir a essa proposta sem custo. Eu espero, no futuro, poder alocar algumas verbas, partilhar com vocês quais as melhores ideias com os nosso colegas autarcas do país, para podermos elencar medidas e decisões, para que consigamos ter o nosso planeta mais sustentável como todos nós desejamos, mas neste momento, para aderir é zero. Portanto, é realmente uma iniciativa de louvar e Gondomar não podia ficar ao lado desta excelente iniciativa dos autarcas. -----

----- **3.3.** Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (setembro, outubro e novembro de 2020) -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **4. PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA.** -----

-----A Senhora Secretária da mesa Dr. Maria Amélia Ribeiro solicitou a palavra ao Senhor Presidente da Mesa para intervir neste período. Fez um agradecimento à Câmara sobre o Apoio ao Movimento Associativo, nomeadamente à Associação Dignidade e Futuro de Gondomar, da qual faz parte. -----

10 DEZ 2020



Assembleia Municipal

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi esta minuta, lida e aprovada por unanimidade. ---

----- A sessão foi encerrada às 21h30m, do dia 10 de dezembro de 2020. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,